

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO JÚNIOR

A PROJEÇÃO GEOECONÔMICA CHINESA E O NÍVEL DE AMEAÇA
EXTERNA NOS PERÍODOS 1975-1985 E 2004-2014:
uma análise sob a ótica da grande estratégia

Rio de Janeiro

2021

CC CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO JÚNIOR

A PROJEÇÃO GEOECONÔMICA CHINESA E O NÍVEL DE AMEAÇA
EXTERNA NOS PERÍODOS 1975-1985 E 2004-2014:
uma análise sob a ótica da grande estratégia

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (Rm1) Nagashima.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado pai Carlos Nascimento (1956-1998), que enquanto pôde, tudo fez por seus três filhos. Agradeço por todo exemplo de força de vontade, alegria e amizade. Apesar dos longos anos que já se passaram, sua mensagem de valores, esperança e busca por um Brasil melhor não será esquecida. Verás que o filho teu não foge à luta. Este trabalho é por você.

Ao meu amado filho, Felipe, minha feliz missão atribuída por Deus. Mesmo com apenas seis anos de idade, já vem demonstrando uma enorme compreensão nas repetidas vezes em que eu dizia “agora papai não pode, fica lá com a mamãe”. De alguma forma, espero poder servir de bom exemplo em sua vida. Este trabalho é para você.

À minha esposa Marelli, companheira e mãe, sempre a zelar por tudo o que me cerca, muitas vezes tendo que assumir sozinha diversas responsabilidades cotidianas. Sem você, não seria possível chegar a este ponto. À sua grandeza, o meu justo reconhecimento.

À minha mãe Carmem, que com amor, fé e devoção, dedicou sua vida aos filhos. Após tanto cuidado e proteção, chegou a hora de ser cuidada e protegida. Você está em meu coração. Também às minhas irmãs, Carla e Carem, alegrias da minha infância; de vocês provém meu instinto protetor, que provavelmente muito influenciou em minha trajetória. Agradeço as palavras sempre amigas e incentivadoras.

À Marinha do Brasil, onde fiz grandes amigos, pude ver e rever diversos lugares do mundo e de me fazer ser quem eu sou hoje. As vivências da carreira foram fonte de inspiração na elaboração deste estudo. Em especial, agradeço ao meu orientador, CF (Rm1) Nagashima, com quem muito aprendi, pela motivação e confiança transmitidas, que me permitiram seguir em frente, no andar deste caminho.

Por fim, à Deus.

“O ápice da guerra é vencer sem desembainhar a espada. A melhor política guerreira é tomar um Estado intato; uma política inferior consiste em arruiná-lo.”

(SUN TZU)

RESUMO

A República Popular da China (RPC) vem despertando a atenção de estudiosos devido à sua rápida ascensão como um *player* da atual ordem mundial. O propósito de nossa pesquisa será compreender de que forma as questões geoeconômicas podem influenciar o planejamento estratégico de um Estado, utilizando por base o caso chinês. Partindo dos conceitos de geoeconomia, de Luttwak (2001) e Blackwill e Harris (2016), chegamos ao conceito da grande estratégia, com o apoio de Baracuhy (2019). Na grande estratégia a geoeconomia e a geopolítica se fundem, para atingir os objetivos políticos de um Estado. Assim, estudando e comparando dois contextos temporais distintos, concluímos que houve aderência dos planejamentos estratégicos de defesa da RPC aos conceitos da grande estratégia, uma vez que os planos quinquenais do governo de Pequim geraram necessidades geoeconômicas, que exerceram influência nas posturas geopolíticas, com reflexos nos seus planos de defesa. Enquanto a RPC convivia com um cenário de elevada ameaça na vertente geopolítica, mas não possuía projeção geoeconômica, seus planos de defesa priorizaram o caráter de defesa territorial, com ênfase nos planos do exército. Posteriormente, o aumento da sua projeção geoeconômica contribuiu para o aumento de percepção de ameaça geopolítica. Assim, nesse novo contexto, observamos planos de defesa de caráter regional, com maior ênfase na marinha e em capacidades de proteção além-mar. Relevante para entendermos dinâmicas de outros Estados, ainda que diferentes e em diferentes contextos. Quando contrastado com realidades, como a brasileira e norte-americana, a pesquisa indicou ainda a possibilidade de haver tendências predominantes para os planejamentos estratégicos de defesa de um Estado, a depender da ameaça geopolítica percebida e da projeção geoeconômica almejada.

Palavras-chave: Geoeconomia. Geopolítica. Grande Estratégia. Planos Quinquenais. Planejamento Estratégico de Defesa. República Popular da China.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – <i>Shanghai Cooperation Organization</i>	58
FIGURA 2 – <i>China's One Belt, One Road Initiative</i>	59
FIGURA 3 – <i>The Trans-Pacific Partnership</i>	61
FIGURA 4 – Projeção de poder da RPC A2/AD.....	63
GRÁFICO 1 – Evolução dos planejamentos estratégicos da RPC à luz da grande Estratégia.....	41
GRÁFICO 2 – Planejamentos estratégicos de defesa à luz da grande estratégia.....	42
GRÁFICO 3 – Gráfico estratégico e as tendências de defesa.....	44
GRÁFICO 4 – Razão entre PIB e área territorial de 1985 e 2014 de atores selecionados.....	53
GRÁFICO 5 – PIB da RPC entre 1975 e 2014.....	57
GRÁFICO 6 – A evolução da participação da RPC no comércio global (%).....	60
QUADRO 1 – As vertentes da grande estratégia da RPC entre 1975-1985.....	54
QUADRO 2 – As vertentes da grande estratégia da RPC entre 2004-2014.....	55

LISTA DE TABELAS

- 1 - Razão entre PIB e área territorial de 1985 e 2014 de atores selecionados 53
- 2 – Estados com maior relação entre PIB e dimensão territorial no ano de 2014 56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2AD -	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
AEW&C -	Controle e alarme aéreo antecipado
AIIB -	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
ASEAN -	Associação das Nações do Sudeste Asiático
C4ISR -	Comando, Controle, Comunicações, Cibernético, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
CNPC -	<i>China National Petroleum Corporation</i>
CNUDM -	Comissão da Nações Unidas sobre os Direitos do Mar
EUA -	Estados Unidos da América
EW -	Guerra Eletromagnética
FTA -	Acordos de Livre Comércio
FTAAP -	Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico
ISR -	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
MSC -	Mar do Sul da China
NOC -	Companhias de Óleo Nacional chinesas
OBOR -	<i>One Belt, One Road</i>
OMC -	Organização Mundial do Comércio
PIB -	Produto Interno Bruto
PQL -	Plano(s) Quinquenal(ais)
RCEP -	Arranjos de Parceria Econômica Regionais
RPC -	República Popular da China
SCO -	<i>Shanghai Cooperation Organization</i>
TPP -	Parceria Trans-Pacífica
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	O CONCEITO DE GEOECONOMIA: DA GEOPOLÍTICA À GRANDE ESTRATÉGIA.....	3
2.1	A gênese do conceito geoeconômico e seu contexto.....	3
2.2	Geopolítica e geoeconomia: uma distinção.....	5
2.3	O poder econômico.....	6
2.4	A estratégia geoeconômica.....	8
2.5	A união das estratégias geopolítica e geoeconômica: a grande estratégia.....	9
2.6	Considerações aos conceitos de geoeconomia.....	12
3	A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 1975 A 1985	13
3.1	Os planos quinquenais da RPC de 1975 a 1985: um panorama.....	13
3.2	A postura geoeconômica da RPC no período de 1975-1985.....	15
3.2.1	O Comportamento do Fator Mercado da RPC entre 1975 e 1985.....	16
3.2.2	O Comportamento dos Fatores Recursos e Regras da RPC entre 1975 e 1985.....	18
3.2.3	A Estratégia Geoeconômica da RPC entre 1975 e 1985.....	20
3.3	A postura geopolítica da RPC no período de 1975-1985.....	21
3.4	A RPC no período de 1975-1985 e a grande estratégia.....	24
4	A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 2004 A 2014.....	26
4.1	Os planos quinquenais da RPC de 2004 a 2014: outro panorama.....	26
4.2	A postura geoeconômica da RPC no período de 2004-2014.....	28
4.2.1	O Comportamento do Fator Mercado da RPC entre 2004 e 2014.....	28
4.2.2	O Comportamento dos Fatores Recursos e Regras da RPC entre 2004 e 2014.....	32
4.2.3	A Estratégia Geoeconômica da RPC entre 2004 e 2014.....	35

4.3	A postura geopolítica da RPC no período de 2004-2014.....	36
4.4	A RPC no período de 2004-2014 e a grande estratégia.....	39
5	ESTUDO COMPARATIVO: OS REFLEXOS DA GEOECONOMIA.....	40
6	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICES	53
	ANEXOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas cinco décadas a República Popular da China (RPC) superou um cenário de pobreza, passando a figurar entre as maiores economias do mundo. Como podemos presumir, a rapidez do seu crescimento não se deu livre de desafios. Pelo contrário, à medida em que o mundo se transformava, os desafios chineses também foram se alterando. Neste estudo, iremos investigar a lógica evolutiva dos planejamentos estratégicos de defesa chineses sob uma ótica um pouco diferente, a geoeconômica.

O propósito será compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado. Para isso, apresentaremos o conceito de geoeconomia, e estudaremos a RPC sob a vertente geoeconômica, nos possíveis reflexos de seus planejamentos estratégicos de defesa. Para orientar o nosso estudo, selecionamos e delimitamos dois objetos de pesquisa, em contextos temporais distintos. O primeiro, de 1975 a 1985, foi por nós escolhido por marcar um período em que a RPC iniciava sua abertura para o regime de economia de mercado. O segundo, de 2004 a 2014, foi selecionado por representar um período recente, no qual a RPC já se mostrava mais competitiva no cenário internacional.

A abordagem de temas econômicos conjuntamente com estratégias militares, apesar de não ser tão usual, está longe de ser uma inovação. As relações de dependências, tema de estudo de importantes estrategistas, como o Almirante Castex (1878-1968) e Lars Wedin (1947-), já tratavam das interações entre estratégias econômicas e militares. As distinções, contudo, estão no sentido claramente integrador com que abordaremos o assunto, diferente de algumas linhas de interpretação acerca das “dependências” castexianas, que indevidamente acabam por dar certa ênfase ao caráter competitivo entre essas questões, e nos objetos selecionados, que abarcam um ator em ascensão na ordem mundial atual.

De modo a empreender nossa análise, a questão central de nossa pesquisa será: que

similaridades e/ou singularidades podemos identificar entre o planejamento estratégico chinês nos períodos de 1975 a 1985 e de 2004 a 2014, de uma perspectiva geoeconômica? Para responder à pergunta e atingir nosso propósito, faremos um estudo comparativo entre os planejamentos estratégicos de defesa de cada um desses períodos, à luz dos conceitos da grande estratégia, fundamentado em consulta documental e bibliográfica. Dada a natureza da questão, respondida ao final do estudo, não foram estabelecidas hipóteses.

Quanto aos elementos textuais, além desta introdução, teremos outros cinco capítulos. No segundo capítulo, apresentaremos o desenvolvimento do conceito de geoeconomia, iniciado por Edward Luttwak (1942-) em 1990, verificaremos sua correlação com a geopolítica, apresentaremos as variáveis geoeconômicas e chegaremos ao conceito de grande estratégia.

Nos capítulos três e quatro, norteados pelos Planos Quinquenais (PQL) do governo de Pequim, examinaremos as variáveis geoeconômicas e os planos estratégicos de defesa de cada contexto temporal, separadamente. Ao término dos capítulos, apresentaremos nossas conclusões parciais, verificando se houve aderência dos planos estratégicos de defesa aos conceitos da grande estratégia. Em seguida, no capítulo cinco, realizaremos a etapa comparativa da pesquisa dos resultados obtidos nos dois capítulos anteriores, o que nos permitirá responder à questão de pesquisa. Por fim, no capítulo seis, apresentaremos nossas conclusões sobre de que forma os planejamentos estratégicos de defesa, em parte, são reflexo das aspirações geoeconômicas de um Estado.

Passaremos agora ao capítulo dois, para apresentar a fundamentação e definição de geoeconomia, compreender sua correlação com a geopolítica e entender de que forma ambas se fundem, para compor a grande estratégia.

2 O CONCEITO DE GEOECONOMIA: DA GEOPOLÍTICA À GRANDE ESTRATÉGIA

Este capítulo está dividido em seis seções que apresentarão o desenvolvimento do conceito de geoeconomia, desde a sua concepção inicial, com Edward Luttwak. Apresentaremos, então, a definição e os conceitos de geoeconomia propostos por Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris, que agregam novos elementos à visão de Luttwak. Na terceira seção, abordaremos o tema poder econômico. Na sequência, abordaremos o tópico “grande estratégia”, a articuladora da geopolítica com a geoeconomia. Ao término do capítulo, apresentaremos nossas considerações a respeito dos aspectos mais relevantes abordados ao longo do texto, que nos permitirão prosseguir com o propósito de nosso estudo.

2.1 A gênese do conceito geoeconômico e seu contexto

Ao despertar da década de 1990 vimos o estabelecimento dos Estados Unidos da América (EUA) como superpotência hegemônica, bem como o avanço do processo de globalização. A ausência de um rival militar claro ao poder dominante acarretou um enfraquecimento do pensamento geopolítico clássico, segundo o qual, o objetivo central para o fortalecimento do Estado dependia da expansão por territórios¹. Nesse contexto, surgiram diversos teóricos procurando explicar a lógica de disputa hegemônica que passaria a governar o mundo a partir de então. Dentre eles, encontramos o cientista político estadunidense Edward

¹ Dentre os pensadores geopolíticos clássicos podemos destacar: Alfred Tayer Mahan (1840-1914) com sua contribuição sobre o Poder Marítimo; Halford John Mackinder (1861-1947) com o “*Heartland*” e o Poder Terrestre; e Karl Haushofer (1869-1946) com a expansionista “*Geopolitik*” (VESENTINI, 2013).

Luttwak, que publicou, em 1990, o artigo “Da geopolítica à geoeconomia”², apresentando o conceito de geoeconomia (VESENTINI, 2013).

De acordo com Luttwak, à medida que as rivalidades militares se atenuavam, após a dissolução da ex-URSS (1991), as rivalidades econômicas foram tomando o seu lugar. Na ótica do autor, seria “principalmente por meios econômicos que atitudes de rivalidade podem hoje ser expressas” (LUTTWAK, 2001, p. 159). Luttwak prossegue, colocando a ideia de que o aparato militar perderia importância e seria substituído pelas armas do arsenal geoeconômico, que segundo ele seria “quando o Estado intervém para encorajar, auxiliar ou dirigir” (LUTTWAK, 2001, p. 160) sua economia em busca de vantagens competitivas frente a outros Estados, seja por meio de subsídios, penetração de mercado ou influência diplomática, se está fazendo geoeconomia. Assim, o autor reconhece a continuação dos antagonismos de interesse entre Estados, mas a forma de alcançá-los não seria mais pelo emprego de métodos militares, da vertente geopolítica, e sim pelo emprego da geoeconomia, “a lógica do conflito na gramática do comércio” (LUTTWAK, 2001, 160). Luttwak chega até mesmo a considerar impensável o uso do poder militar na disputa entre os principais Estados da arena internacional.

Notamos que Luttwak nos propõe uma ordem mundial em que a geoeconomia substituiria a geopolítica e o exercício do poderio militar. É possível cremos que seu texto tenha sido influenciado pelo cenário de otimismo norte-americano vivenciado ao final da Guerra Fria (1947-1989)³, se alinhando a uma crença vitoriosa difundida naquele período⁴. Contudo, em que pese o pioneirismo que lhe é atribuído na elaboração do conceito de

² O artigo foi publicado na revista especializada norte-americana “*The National Interest*”.

³ Ainda que haja divergência entre autores quanto ao ano de término da Guerra Fria, neste estudo consideraremos a queda do Muro de Berlim, em 1989, como seu marco final.

⁴ Tal otimismo não foi uma exclusividade de Luttwak, sendo possível identificar traços comuns com outros teóricos do período como Francis Fukuyama (1952-) com o “último homem” e a vitória da “vida protestante capitalista”, e Lester Thurow (1938-2016) que acreditava que as “guerras econômicas” substituiriam os conflitos militares (VESENTINI, 2013).

geoeconomia⁵, entendemos que sua abordagem, por desprezar a geopolítica no ambiente das relações internacionais, requeira complementos. Na próxima seção iniciaremos o aprofundamento do assunto, realizando a distinção entre geopolítica e geoconomia.

2.2 Geopolítica e geoconomia: uma distinção

Na seção anterior apresentamos a origem do conceito geoconômico. Como vimos, para Luttwak a geoconomia seria a substituta da geopolítica em uma nova ordem mundial, o que, para nós, seria uma forma limitada de compreensão da realidade contemporânea. Para embasar essa nossa argumentação contrária, nesta seção pretendemos distinguir, em linhas gerais, os conceitos de geopolítica e de geoconomia, e apresentar uma definição para esta última.

Blackwill e Harris (2016) afirmam que geopolítica e geoconomia são distintos. Por um lado, temos o exercício da geopolítica, que se traduz no uso calculado do poder de um Estado – sobretudo por meio militar e diplomático – em um território estrangeiro, para fazer valer seus interesses. Por sua vez, a geoconomia se expressa na forma que um Estado constrói e exercita direitos em relação a fatores econômicos – e não diretamente geográficos – de outro Estado, sendo inclusive dispensável a presença no território alheio.

Em comum, temos tanto na geopolítica quanto na geoconomia a geografia, a definir a localização de possíveis interesses. Pela geografia é que verificaremos a disponibilidade de recursos naturais em dado território, o ambiente social e demais fatores de

⁵ Ainda que haja ampla concordância no pioneirismo de Luttwak, autores, como Braz Baruchy, consideram que a geoconomia não é algo totalmente novo, podendo ser estudada em gerações, e estando presente há mais de um século (BARACUHY, 2019).

produção capazes de influenciar o empenho político de um Estado (GASIMLI, 2015; BARACUHY, 2019).

Dessa forma, após traçarmos um breve paralelo entre geopolítica e geoeconomia, apresentamos a seguinte definição para o termo geoeconomia, que será por nós considerada no decorrer deste estudo:

Geoeconomia: o uso de **instrumentos econômicos** para promover e defender **interesses do Estado**, e para produzir **resultados geopolíticos** benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outros Estados sobre os objetivos geopolíticos do próprio Estado (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20, tradução nossa, grifos nossos).⁶

Notamos, pela definição, que à semelhança da geopolítica, a geoeconomia busca alcançar um fim direto: os interesses do Estado. Além disso, há uma outra finalidade, também relevante, de que a geoeconomia poderá ser utilizada indiretamente, para apoiar uma necessidade geopolítica.

Resta-nos esclarecer o que seriam os instrumentos econômicos contidos na definição. Como apresentaremos, os instrumentos econômicos são a combinação de métodos e meios econômicos que um Estado se utiliza, a depender do seu poder econômico. Na próxima seção ampliaremos esse assunto.

2.3 O poder econômico

Após termos apresentado a definição de geoeconomia, passaremos agora a abordar o poder econômico. Partindo de uma analogia, sabemos que o poder militar de um determinado

⁶ Texto original: “*Geoeconomics: The use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations’ economic actions on a country’s geopolitical goals*”.

Estado se expressa a partir de suas capacidades militares, da mesma forma, no campo econômico, são os fatores econômicos que fundamentam o seu poder econômico.

Segundo sugere o diplomata brasileiro Braz Baracuhy (19??-), os mercados, recursos e regras são os fatores que estruturam o poder econômico. Conforme suas palavras:

Geoeconomia utiliza instrumentos econômicos. **Os fatores econômicos – mercados, recursos e regras** – são os fundamentos para a conquista de influência na competição geoestratégica entre Estados, incluindo a formação do quadro institucional que rege a ordem econômica mundial” (BARACUHY, 2019, p. 23-24, grifo nosso, tradução nossa)⁷.

Como vemos, para dimensionarmos o poder econômico de um Estado é necessário verificar o seu grau de presença em diferentes mercados, o volume de recursos à sua disposição, bem como sua capacidade de influenciar nas regras que regem o mercado internacional. Identificamos, portanto, os três fatores econômicos – mercado, recursos e regras – que fundamentam o poder econômico de um Estado. Cabe-nos apresentar as variáveis que compõem cada um desses fatores.

Tomando por base as variáveis apresentadas por Baracuhy (2019) e incluindo alguns complementos de Blackwill e Harris (2016), chegamos a uma lista de variáveis para cada um dos três fatores econômicos: mercado, recursos e regras.

Para o fator mercado, temos como variáveis: o peso econômico do respectivo Estado e sua expectativa de crescimento; o acesso que possui a diferentes mercados; a habilidade de controlar os fluxos internacionais de investimento e negócios; sua importância no sistema financeiro global; e a interdependência resultante de sua atividade econômica. Quanto ao fator recursos: o acesso e controle de recursos naturais, financeiros e tecnológicos; e habilidade de influenciar os fluxos de energia e de *commodity*. Por fim, no fator regras, a capacidade de moldar as regras que fundamentam o sistema econômico internacional.

⁷ Texto original: “*Economic factors – markets, resources and rules – are the fundament for gaining influence in geostrategic competition among states, including the shaping of the institutional framework that governs the international economic order*”.

Portanto, conhecidos os fatores e respectivas variáveis que dão fundamento ao poder econômico de um Estado, abordaremos na próxima seção como o Estado irá instrumentalizá-los para traçar suas estratégias geoeconômicas.

2.4 A estratégia geoeconômica

Antes de descrevermos a estratégia geoeconômica, abordaremos, primeiramente, o significado de estratégia. Tomando por base Harry Yarger (2006), temos que a estratégia é como (método) a liderança usará o poder (meios) para atingir objetivos (fins), dentro de limites aceitáveis de riscos.

Dessa forma, a estratégia geoeconômica, seria o uso geoestratégico do poder econômico (WIGELL, 2016), em que os meios são os fatores econômicos e as suas variáveis, conforme já apresentamos. Os fins, são os interesses do Estado, ou um benefício geopolítico, conforme foi apresentado na definição de geoeconomia. Logo, para utilizar a estratégia geoeconômica, resta estabelecer os métodos.

Baracuhy explica que os “métodos” da estratégia geoeconômica são as atuações dos líderes políticos sobre os fatores econômicos à sua disposição, com vista a obter algum nível de controle sobre os fatores econômicos alheios (BARACUHY, 2019). Ou seja, as atuações sobre o mercado, recursos e regras de mercado traduzem o método da estratégia geoeconômica.

Assim, os instrumentos geoeconômicos – a combinação de meios e métodos – seriam “as sanções econômicas e financeiras, **manipulação dos mercados** de *commodity* (especialmente petróleo), guerras cambiais etc⁸” (GASIMLI, 2015, p. 23, grifo nosso, tradução

⁸ Texto original: “*economic and financial sanctions, manipulations of commodity (especially oil) markets, currency wars etc.*”.

nossa) para a obtenção de vantagem competitiva. Ainda sobre os instrumentos geoeconômicos, Robert Blackwill (1939-) e Jennifer Harris (1981-) citam a **manipulação** de mecanismos básicos de mercado de um Estado alvo, por meio de técnicas que afetem sua cadeia logística ou a demanda a seus principais produtos e, com isso, conquistar um objetivo econômico. Se bem aplicada, a geoeconomia pode produzir ganhos tão significativos quanto os obtidos pelas demonstrações militares tradicionais (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

Além das menções à sanção econômica, financeira e à guerra cambial, que geralmente são mais evidentes nas relações entre Estados, vemos o interesse comum dos autores em considerar a manipulação de mercado como um instrumento econômico da geoeconomia. A manipulação seria “o uso de técnicas psicológicas e mudanças de percepção da realidade para obter algo da outra parte” (MASSOL, 2020, p. 32)⁹, portanto, uma forma velada de atuação.

Chegamos, assim, à moldura necessária dos preceitos de geoeconomia, em termos de métodos, meios e fins, que nos levam a compreensão da estratégia geoeconômica. Passaremos, agora, a abordar a estratégia geoeconômica dentro de um contexto geoestratégico mais amplo: a grande estratégia.

2.5 A união das estratégias geopolítica e geoeconômica: a grande estratégia

Nesta seção veremos que a geopolítica e a geoeconomia, apesar de distintas, devem estar fundidas, como se fossem dois lados de uma mesma moeda. Nos dias de hoje, percebemos como os negócios globais ensejam riscos significativos, dado o volume financeiro envolvido

⁹ Texto original: “*Manipulation involves using psychological techniques and changes in perception of reality to get something from the other side.*”

em toda negociação. Por consequência, o universo geopolítico não deve se abster das questões econômicas, pelo contrário, deve respaldá-las.

É a vontade do poder político que determina os caminhos a serem seguidos por um Estado, ou seja, a estratégia para atingir os seus objetivos. Por outro lado, é vasta a literatura que aponta o quanto um poder político é afetado quando não é capaz de assegurar uma condição econômica satisfatória à sua sociedade. É nesse ponto que a sinergia entre as estratégias geoeconômica e geopolítica – que se expressa em termos diplomáticos e militares – devem atuar, dando a devida robustez ao poder político. A essa sinergia demos o nome de “grande estratégia”.

O’Rourke (2009), após realizar um importante trabalho da história do comércio internacional no segundo milênio, contribui com nossa ótica, ao constatar que seria impossível desprezar o contexto geopolítico para a compreensão daquela história. Baracuhy (2019), seguindo uma mesma linha de pensamento, nos acrescenta que os instrumentos militares e econômicos coexistem, e serão combinados de acordo com as necessidades e conveniências de cada situação apresentada. Por conseguinte, os cálculos de meios e fins só podem ser completamente compreendidos dentro do contexto da grande estratégia.

Sanjaya Baru (1954-), ex-diretor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sobre a simbiose entre geopolítica e geoestratégia, propõe duas importantes reflexões, a primeira dizendo que “os negócios seguem a bandeira”, que seria as consequências econômicas da projeção de poder geopolítico, e a segunda que “a bandeira segue os negócios” que seriam as consequências geopolíticas da projeção geoeconômica (apud SCHOLVIN; WIGELL, 2019).

Com isso, após termos apresentado elementos que buscam justificar a importância do tratamento simbiótico entre geopolítica e geoeconomia, apresentamos a seguinte definição para nossa compreensão de grande estratégia:

Grande estratégia identifica e dá coerência para os objetivos da política externa. Esses objetivos encontram sua expressão quando sendo implementados no espaço

geográfico, à medida que as capacidades e instrumentos do poder são estrategicamente e taticamente empregados pelo Estado na busca de seus interesses. Juntas, **as projeções dos poderes geoeconômicos e geopolíticos definem a morfologia estratégica do mapa-múndi**¹⁰ (BARACUHY, 2019, p. 15, tradução nossa, grifo nosso).

Como vemos, a grande estratégia é responsável por traçar os objetivos à sua conveniência, coordenando, conjuntamente, a projeção geoeconômica e geopolítica. Seu mapa não segue uma projeção convencional, ao contrário, ganha forma à medida que se unem os elementos da geoeconomia e da geopolítica, podendo, até mesmo, resultar em diversos traçados simultâneos, em formas e tamanhos variados, e afastados no espaço.

Para dar um exemplo, poderíamos considerar um Estado A, que tem na exportação da commodity minério de ferro uma forte alavancagem para o produto interno de sua economia. Uma estratégia geopolítica desse Estado poderia ser a de garantir um preço mínimo de comercialização desse produto no mercado internacional. Para isso, precisaria mapear outros Estados exportadores, montar alianças, organizações etc., de forma a atingir seu propósito político. Contudo, a projeção geoeconômica do Estado A pode conflitar com os interesses de um Estado B. Assim, entendemos que a efetividade da estratégia geoeconômica de A dependerá do respaldo de sua projeção geopolítica.

Pelo exposto, a grande estratégia aprimora a argumentação do nível estratégico junto ao nível político. Por consequência, o poder político terá melhores condições de estabelecer seus objetivos e de orientar os esforços do nível estratégico. E o nível estratégico, por sua vez, terá maior êxito no planejamento e obtenção de capacidades necessárias, tanto nos campos de atuação econômico, diplomático quanto, o de nosso maior interesse, militar. E o resultado de tudo isso, será o benefício de toda a sociedade.

¹⁰ Texto original: “Grand strategy identifies and gives coherence to foreign-policy objectives. These objectives find their expression when being implemented in geographical space, as power capabilities and instruments are strategically and tactically deployed by states in pursuit of their interests. Taken together, geo-economic and geopolitical power projections define the strategic morphology of the world map.”

2.6 Considerações aos conceitos de geoeconomia

Neste capítulo apresentamos o conceito de geoeconomia e o seu desenvolvimento até os dias de hoje. Na primeira seção, vimos a concepção de Edward Luttwak, que propôs uma ordem mundial em que a geoeconomia substituiria a geopolítica e o exercício do poderio militar, o que para nós pareceu uma forma limitada de abordar o assunto. Procuramos, então, definir o conceito de geoeconomia e distingui-la da geopolítica, descrevendo os seus instrumentos de atuação, que poderão ser evidentes ou velados. Na sequência, vimos os três fatores que fundamentam o poder econômico e as suas respectivas variáveis, e como podem ser instrumentalizados para dar forma à estratégia geoeconômica. Ao término, apresentamos a grande estratégia, responsável por unificar a geopolítica e a geoeconomia para a consecução dos objetivos políticos do Estado.

Optamos por estudar a grande estratégia pela ótica da geoeconomia por acreditarmos que as abordagens geopolíticas isoladamente, apesar de muito comuns, deixaram de ser suficientes para explicar os acontecimentos em um mundo globalizado. Além disso, acreditamos que o viés econômico, além de mais correto, pode possuir maior apelo para o interesse político, uma vez que apresenta de forma mais concreta os benefícios de investimento em defesa para o bem de sua sociedade, sobretudo dentro de um horizonte de paz.

Dessa forma, nos próximos capítulos, investigaremos como os planejamentos estratégicos da RPC se comportou em relação aos preceitos da grande estratégia em dois períodos distintos, o primeiro entre 1975 e 1985, e o segundo entre 2004 e 2014. Pretendemos verificar o comportamento geoeconômico e geopolítico chinês, com ênfase em identificar possíveis reflexos no seu planejamento estratégico de defesa. Encontrar um aumento proporcional no uso de instrumentos geoeconômicos e geopolíticos, seria uma indicação de aderência do comportamento da RPC aos preceitos da grande estratégia.

3 A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 1975 A 1985

No capítulo anterior apresentamos o conceito da grande estratégia, simbiose das estratégias geoeconômica e geopolítica, e procuramos explicar sua importância para a consecução dos interesses do Estado. Neste capítulo passaremos a investigar o planejamento estratégico da RPC temporalmente delimitado entre 1975 e 1985, em relação aos preceitos da grande estratégia

Nosso objetivo será verificar qual foi o comportamento geoeconômico e geopolítico, com ênfase nos planejamentos estratégicos de defesa. Para tal, este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção fará uma apresentação do 5º e 6º PQL chineses sob os aspectos econômicos e da política externa. Na segunda, passaremos a nos deter nas questões relativas à estratégia geoeconômica, buscando observar como se comportaram os fatores econômicos diante da atuação política. Na terceira seção, será estudada a estratégia geopolítica do período, com ênfase nos planejamentos de defesa da RPC. Na última seção, iremos reunir as informações e verificar qual foi a aderência do planejamento estratégico da RPC aos preceitos da grande estratégia.

3.1 Os planos quinquenais da RPC de 1975 a 1985: um panorama

Em 1953, Mao Tse-Tung (1893-1976) introduziu na RPC o modelo soviético de controle político baseado em planejamentos nacionais uniformes, chamados PQL. Durante o governo maoísta, o Estado chinês era isolado nos campos político, econômico e cultural, e o desenvolvimento econômico estava diretamente atrelado ao investimento realizado pelo

governo central. Assim, até 1978, as empresas não tinham liberdade para conduzir seus próprios negócios, não se verificava uma correspondência entre remunerações e performances das empresas, a distribuição das matérias-primas era gerenciada pelo governo central, as terras agrícolas eram de propriedade pública e a produção era coletivizada. Esse modelo vigorou até a morte de Mao Tse-Tung e foi marcado por não estimular a criatividade, motivação e inovação. O desenvolvimento agrícola e industrial com base exclusivamente no investimento governamental chegava ao seu esgotamento e os atrasos tecnológicos tornavam patente a necessidade de atualização da atividade econômica chinesa (CHENG, 1983).

Xiaoping assume o governo da RPC em 1976, durante o transcurso do 5º PQL (1976-1980). Inicia então um período de reajustes, seguido de abertura para capital estrangeiro e reformas, quando foram reduzidos os excessos de centralização e rigidez de controle estatal, com vistas a incrementar a iniciativa privada, a gestão empresarial e a remuneração por mérito. Como reflexo, nas áreas urbanas, as empresas passaram a poder reter parte dos proventos que superassem suas cotas de produção determinadas pelo governo e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos funcionários, engajar-se em exportação e admitir ou demitir funcionários. A partir do 6º PQL (1981-1985), os planos passaram a contemplar o fomento à economia de mercado. As fontes de crescimento econômico deixaram de ser exclusivamente advindas do investimento estatal e trabalho, e passaram a se basear no trabalho e no capital proveniente da produção econômica (CHENG, 1983).

A estratégia chinesa era realizar uma alta taxa de acúmulo de capital por meio de uma política de baixos salários, desvalorização cambial, maximização das exportações e minimização das importações. Para reduzir o atraso tecnológico, o governo exigia a transferência de tecnologia e conhecimento como condições ao acesso dos investidores estrangeiros ao grande mercado chinês. A supressão do mercado interno e da qualidade de vida da população, que pautaram a política pública até o início da década de 1980, foi o preço a ser

pago pela RPC para sua liderança no desenvolvimento econômico de longo prazo (DIESEN, 2018).

O início da “decolagem” da economia chinesa ocorreu na década de 1980 (ver ANEXO A). Nesse período, como reflexo da política de abertura que vinha sendo promovida, a RPC recebeu um grande aporte de investimento estrangeiro, condicionado a operar sempre em conjunto com empresas locais. Tais investimentos ocorriam sobretudo nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), áreas de livre comércio criadas em 1982, próximas a centros urbanos costeiros. Nesses locais, a facilidade de acesso e disponibilidade de mão de obra barata permitiram a arrancada da produção industrial (HUANG, 2010).

Assim, notamos que o período compreendido entre os anos de 1975 e 1985 foi um período de significativas mudanças na condução da política doméstica chinesa. A necessidade de fortalecer a produção interna e a economia, ainda muito frágil no início do governo Xiaoping, levou a RPC a adotar medidas de reforma e abertura econômica para viabilizar os investimentos estrangeiros para que, em complemento ao investimento estatal, fosse possível reduzir as deficiências tecnológicas e sociais. Na próxima seção iremos verificar como se comportaram as variáveis geoeconômicas chinesa nesse período.

3.2 A postura geoeconômica da RPC no período de 1975-1985

Conforme vimos na seção anterior, a RPC passou por uma reorganização política e econômica entre 1975 e 1985. Nesse período, observamos o abandono de uma postura isolacionista e o incentivo à entrada de capital estrangeiro. Tal processo se impôs em face ao atraso tecnológico chinês, em parte fruto da política maoísta que urgia em contemplar toda a sociedade, mas que acabou por impedir o desenvolvimento da sua competitividade pela falta de

inovação. Passaremos agora a estudar o poder econômico da RPC desse período, por meio da análise das variáveis de seus fatores econômicos – mercado, recursos e regras – para verificar qual foi o comportamento da política da RPC à luz dos preceitos da geoeconomia.

3.2.1 O Comportamento do Fator Mercado da RPC entre 1975 e 1985

Estudaremos agora as variáveis do fator mercado da RPC para o período de 1975 a 1985, conforme às expressamos no capítulo dois.

Para a primeira variável, peso econômico e expectativa de crescimento, no período em tela, a RPC apresentava grande potencial de crescimento, com uma população jovem, com taxa de crescimento populacional de 1,4% ao ano e que ultrapassou 1 bilhão de habitantes em 1982. Quanto ao peso econômico, é possível afirmar que a RPC apresentava um baixo peso econômico no sistema internacional. Nesse período cerca de 80% da sua população era rural, apenas 2,5% tinham nível superior (1985). Seu Produto Interno Bruto (PIB) era dez vezes menor que o norte-americano, o maior do período. Quanto à renda *per capita* chinesa, em 1985 cada chinês tinha uma renda média de US\$294,45/ano¹¹, irrisória quando comparada com a norte-americana e japonesa, que registraram US\$18.236,82/ano e US\$ 11.584,64/ano, respectivamente (WORLD BANK, 2021).

Em relação à segunda variável, acesso à diferentes mercados, foi apenas com as reformas econômicas do final da década de 1970 que a RPC começou a receber fluxos de investimentos para tornar seu mercado mais competitivo. Antes de 1978 a estratégia de desenvolvimento do governo de Pequim era o desenvolvimento doméstico por meio da

¹¹ Neste estudo, todos os valores monetários apresentados estão corrigidos a valor corrente.

substituição de importações, restringindo o comércio externo apenas aos recursos essenciais (LI; JIANG, 2018).

Quanto à terceira variável, a influência chinesa nos fluxos internacionais de investimentos e negócios, vimos que para conseguir viabilizar a entrada de investimentos a RPC empregou uma política de baixos salários e desvalorização cambial. A entrada de investimentos estrangeiro direto teve seu primeiro registro apenas em 1982, atingindo US\$ 1,65 bilhões em 1985. Foi também nesse período que se registraram os primeiros investimentos diretos no exterior, com US\$ 44 milhões de dólares em 1982, chegando a US\$ 629 milhões em 1985 (WORLD BANK, 2021).

Para a quarta variável, importância para o sistema financeiro internacional, naquele período, o mercado financeiro chinês era ainda subdesenvolvido, com instituições imaturas e vulneráveis às flutuações de fluxos de capitais e de estabilidade financeira. Quando ocorreu a abertura econômica em 1978, a RPC possuía apenas uma instituição financeira formal, o *People's Bank of China* (PBC), que servia como banco central e comercial, contabilizando 93% dos depósitos financeiros (HUANG; WANG, 2018).

Por fim, na quinta variável, o grau de interdependência com o mercado externo, para o período em tela se verificava uma elevada taxa protecionista na RPC. A soma das importações e exportações totalizavam US\$ 64 bilhões em 1985, um valor muito baixo quando comparado com o Japão, US\$ 344 bilhões, e dos EUA, US\$ 720 bilhões, naquele mesmo ano. Se dividirmos o PIB pela extensão territorial de cada Estado¹², vemos que a RPC registrava US\$ 32,8 mil de PIB para cada km² de território em 1985, muito abaixo de outros Estados, como por exemplo os EUA que contabilizavam US\$ 474,3 mil para cada km² (ver APÊNDICE

¹² O indicador PIB/extensão territorial (US\$/km²) é uma proposta deste autor, como forma de tentar parametrizar a projeção geoeconômica de um Estado.

A). Tal diferença, em parte, pode ser compreendida como uma pouca projeção geoeconômica chinesa, quando comparada com a norte-americana (WORLD BANK, 2021).

Dessa forma, vemos que para o fator mercado, a RPC apresentava um baixo **peso econômico** no contexto mundial no período de 1975 a 1985, com uma economia ainda incipiente, fruto de uma recém abertura após décadas de isolamento. Ainda assim, o grande número de habitantes, em grande parte jovens, e a baixa renda *per capita* indicavam existir um bom **potencial de crescimento** produtivo. Percebemos, também, que o seu **acesso a diferentes mercados** era ainda muito limitado e sua produção dependia de **fluxos internacionais de investimento e negócios**. Por fim, com relação à **interdependência com o mercado externo**, a RPC ainda mantinha elevadas tarifas protecionistas, por conseguinte, não tinha estabelecido naquele período um grau significativo de interdependência com o mercado externo.

3.2.2 O Comportamento dos Fatores Recursos e Regras da RPC entre 1975 e 1985

Após termos dimensionado o fator mercado, apresentaremos agora o comportamento das variáveis dos fatores recursos. Neste tópico, caberá identificarmos o acesso e controle de recursos naturais, financeiros, tecnológicos, bem como a habilidade de influenciar os fluxos de energia e de *commodity* da RPC no período de 1975 a 1985.

Iniciando pelos recursos naturais, a RPC era largamente autossuficiente durante o período de 1975 a 1985 (BRESLIN, 2012). Até 1979 a constituição chinesa estabelecia que todos os recursos naturais eram propriedade do Estado, gerenciadas por empresas estatais e os preços dos recursos eram regulados pelo governo. Após 1979, Pequim passa então a permitir que algumas poucas empresas privadas adentrassem o setor de mineração (LIN; SHEN, 2018).

Quanto aos recursos tecnológicos, por sua vez, houve dificuldade em acessá-los nesse período. O contínuo crescimento populacional chinês implicava na necessidade de importação de oito a dez milhões de toneladas de grãos alimentares, impactando a importação de máquinas, fundamentais ao crescimento e atualização do parque industrial chinês. Para compensar a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos, a RPC exportava fontes energéticas, para financiar as aquisições (CHENG, 1983).

Em relação aos recursos financeiros, houve escassez, que se refletia na infraestrutura precária devido à falta de investimento. Para contornar essa falta, o governo de Pequim recorreu à criação das ZEE, onde permitia a entrada de investimentos estrangeiros em um número limitado de áreas do território (LIN; SHEN, 2018).

Quanto à habilidade de influenciar os fluxos de energia, entre 1975 e 1985 a RPC tinha o petróleo e o carvão na base de energia. Nesse período houve autossuficiência, mas já começava a se ter a perspectiva de que a limitação energética resultaria em um crescimento moderado de 3 a 3,5% de PIB, significativamente menor que os 5,5% que vinham sendo observados (CHENG, 1983). Ainda assim, desde o início dos registros em 1971 até 2000, com raras exceções, a RPC exportou 7,5% de sua produção energética (WORLD BANK, 2021).

Assim, percebemos que no período em estudo, o fator recurso apresentava forças e fraquezas, que permitiam o desenvolvimento doméstico, mas insuficientes para a competição no mercado global. Dentre as forças, destacamos a quase autossuficiência de **recursos naturais** e **energéticos** para atender à demanda da incipiente economia, o que demonstra a então capacidade potencial de desenvolvimento chinês, já que **não dependia decisivamente dos fluxos de energia e de commodity do mercado externo** para condução de suas atividades econômicas. Como fraquezas, os **recursos tecnológicos** precisavam ser modernizados e houve **escassez de recursos financeiros**, tendo sido necessário exportar energia e abrir parcialmente

ao capital externo, para poder viabilizar a atualização tecnológica e obter recursos financeiros para investir em infraestrutura.

Dessa forma, vemos que o desenvolvimento de curto prazo estava parcialmente comprometido, pela falta de competitividade tecnológica, dependente de obtenção no mercado externo. Assim, para o fator recurso, vemos que não houve condições para a promoção de uma projeção geoeconômica no período entre 1975 e 1985.

Passando agora ao fator regras, até 1978, a RPC tinha um enfoque restritivo ao comércio internacional. A partir de 1978, iniciam então as reformas do setor de comércio externo, que se limitaram a alterar suas regras internas, para promover a descentralização administrativa dos planejamentos de comércio, a redução de monopólios estatais e criar incentivos para as exportações. Mesmo com essas mudanças, foi somente em 2001, com a ascensão à Organização Mundial do Comércio (OMC) que a RPC passou a ser apta a participar mais ativamente das discussões afetas às regras do comércio global (LI; JIANG, 2018).

3.2.3 A Estratégia Geoeconômica da RPC entre 1975 e 1985

Conforme verificamos ao longo desta seção, a RPC passava por um período de transição entre 1975 e 1985, saindo de um isolamento para a abertura de portas à economia de mercado. Por conseguinte, não houve espaço para o Estado pensar em projeção geoeconômica, uma vez que os três fatores econômicos eram ainda frágeis. Restou ao governo chinês estabelecer uma estratégia econômica, por meio de uma política de baixos salários e desvalorização cambial, de forma a incentivar a entrada de recursos externos e a atualização tecnológica do país e, assim, poder promover o desenvolvimento com base nos recursos naturais, energéticos e humanos que tinha à sua disposição.

Veremos, na próxima seção, como se comportou a estratégia geopolítica chinesa no mesmo período, com o enfoque no poder militar, e como essa estratégia se traduziu em termos de planejamento estratégico de defesa.

3.3 A postura geopolítica da RPC no período de 1975-1985

Na seção anterior apresentamos o início da abertura econômica da RPC. No período de 1975 a 1985, os desafios sociais e econômicos levavam ao governo de Pequim a concentrar-se no crescimento econômico doméstico por meio da atração de investimentos estrangeiros. Iremos agora verificar como se comportou a vertente geopolítica, com enfoque nas estratégias de defesa, procurando identificar os objetivos políticos estabelecidos para a vertente militar, em meio às circunstâncias então vividas.

No período em tela, o mundo vivia em meio aos desafios impostos pela bipolaridade da Guerra Fria. Com isso, a RPC se via obrigada a manter contínuas aquisições de armas e tecnologias militares, bem como procurou desenvolver sua própria indústria de defesa. Em 1972, o governo de Pequim, outrora aliado dos soviéticos, se aproximou dos EUA e, nesse mesmo ano, tornou-se membro permanente do Conselho de Segurança. Dentre os possíveis fatores, podemos atribuir às crescentes escaramuças fronteiriças perpetradas pelos soviéticos contra a RPC como uma das razões para mudança de postura chinesa (GODWING, 2003).

Assim, na década de 1970, a estratégia da RPC voltou-se para a defesa contra uma ameaça de invasão soviética. Esse período foi marcado pela elaboração de planos militares para que o exército respondesse a uma agressão, mesmo em posse de armamentos tecnologicamente inferiores aos soviéticos, em que pese a grande produção de equipamentos de sua indústria de defesa (GODWING, 2003).

Faltava-lhes, contudo, uma estratégia militar pautada em adequados conceitos, que favorecessem as operações conjuntas de suas forças. Passaram então a desenvolver novas estratégias, à altura das capacidades militares soviéticas, que tinham como cerne realizar a defesa avançada do território. A guerra de movimento, notável na era Mao, tornou-se suplementar à nova concepção de defesa de posições. Os estrategistas do exército chinês esperavam, assim, atrair o exército soviético, em caso de invasão, para pontos específicos de seu território, quebrar o “tempo” do assalto soviético e romper suas linhas logísticas com o uso avançado da guerrilha atuando além das linhas inimigas (GODWING, 2003).

Já em relação à marinha, até 1978 não se verificava uma estratégia naval clara. À exceção da operação naval nas Ilhas Paracel, em 1974, quando tomou o controle do grupo Crescente dos sul vietnamitas, o principal papel da marinha da RPC foi compor a defesa costeira, em complemento à estratégia de defesa do continente. Assim:

Desde a sua criação em 1949, a **Marinha da RPC era considerada uma força de defesa costeira**. Na era Mao Tsé-Tung, nem os objetivos estabelecidos pela liderança militar, nem suas próprias capacidades, tinham levado a marinha da RPC além da costa chinesa”¹³ (HUANG, 1994, p. 8, tradução nossa, grifo nosso).

Foi somente com o “programa de modernização socialista” de Deng Xiaoping em 1978, que inicia um processo de redirecionamento do pensamento estratégico de sua defesa, procurando afastar as linhas de defesa chinesa, com uma orientação marítima. A abertura de mercado para investidores estrangeiros, a criação de ZEE, com cidades litorâneas abertas ao comércio, o aumento do comércio marítimo nessas regiões e a atenção à exploração de petróleo e recursos minerais no leito marinho fomentaram o início dos projetos para uma marinha de guerra de “águas azuis” (HUANG, 1994). Com a promulgação da “Defesa Além do Litoral” em 1985, a RPC de fato consolidou seu novo paradigma de defesa. Desde então, já não se tinha

¹³ Original em inglês: “*Since its creation, the PLA Navy has been considered a coastal defense force. In the Mao Zedong era, neither the objectives laid out by the Chinese military leadership nor its own capabilities had ever brought the PLA Navy beyond Chinese coastal water*”.

mais a preocupação com os soviéticos, em seu lugar entraram outras preocupações, de caráter econômico. Como podemos ver no trecho abaixo:

Com a promulgação da “Defesa Além da Costa” em 1985, a Marinha da RPC redirecionou a orientação estratégia para o além-mar [...]. Pequim não acreditava mais na possibilidade de uma invasão soviética [...]. A adoção da “Defesa Além da Costa” também se alinhou a **mudança de prioridades da RPC**, especificamente com o foco de Deng na **modernização econômica e na convicção que os recursos do oceano – fonte de alimento e energia – poderiam ser de crescente importância para o futuro desenvolvimento da RPC**¹⁴. (PIKE, 2011, p.1, tradução nossa, grifo nosso)

Quanto a força aérea da RPC, foi somente em 1987 que a força aérea formalmente adotou o conceito de “ir além da defesa do espaço aéreo do Estado, para construir uma força aérea com capacidades defensivas e ofensivas, simultaneamente”¹⁵ (ALLEN, 2003, p. 108, tradução nossa). Sendo assim, para o período em estudo, podemos concluir que a Força Aérea da RPC estava voltada para a defesa territorial, apenas.

Vemos, assim, que no período de 1975 a 1985, a estratégia da RPC, inicialmente orientada quase exclusivamente para a defesa de seu território continental contra um inimigo definido, começa a se alterar gradualmente, em busca de um maior distanciamento de seu litoral. Pudemos perceber que tanto a marinha, quanto a força aérea, durante quase todo esse período, desempenharam um papel coadjuvante, tendo a força terrestre conduzido o pensamento estratégico chinês, com um enfoque na defesa territorial. Somente em 1985, o governo de Pequim passou a dar maior importância aos recursos marítimos para garantir o contínuo desenvolvimento do Estado. Por conseguinte, percebemos o início da reorientação dos planejamentos de defesa, mudando seu caráter meramente territorial, para dar seus primeiros passos para uma atuação defensiva com maior ênfase ao ambiente marítimo.

¹⁴ Original em inglês: “*With the promulgation of "Offshore Defense" in 1985, the PLAN's strategic orientation was redirected-out to sea. (...) Beijing no longer believed that a Soviet land invasion was likely. (...) The adoption of "Offshore Defense" also matched China's changing priorities, specifically Deng's focus on economic modernization and the realization that ocean resources -food and energy sources - would be of increasing importance to China's future development.*”

¹⁵ Original em inglês: “*moving from defending the country's air space to building an air force with simultaneous offensive and defensive capabilities.*”

3.4 A RPC no período de 1975-1985 e a grande estratégia

Vimos que o período compreendido entre os anos de 1975 e 1985 foi marcado por relevantes mudanças nos planejamentos e condução da política na RPC. Na vertente geoeconômica, a RPC deixou um regime de economia fechado e aderiu gradualmente a um regime de economia de mercado. Nesse período, não houve projeção de poder econômico para o exterior, pelo contrário, o governo de Pequim procurou atrair investimento externo, para poder alavancar sua economia com os recursos disponíveis em seu território. Na vertente geopolítica, vimos que a estratégia da RPC foi orientada para o aspecto da defesa territorial até 1978. A partir de então, o pensamento defensivo passa a se preocupar com um maior afastamento do território, culminando, em 1985 com planos de atuação em caráter mais regional.

Notamos, assim, que no período de 1975 a 1985, houve uma maior ênfase nos aspectos geopolíticos em relação aos aspectos geoeconômicos para o planejamento de defesa chinês, justificáveis para nós por dois motivos. O primeiro, há que considerar o contexto de disputa das duas potências hegemônicas, EUA e ex-URSS, que levaram a uma postura defensiva da RPC, com ênfase nos planejamentos do seu exército, cabendo um papel subjacente à marinha, com a defesa costeira, e à força aérea, com a defesa do espaço aéreo do território. Como segundo motivo, entendemos que tal postura se justifica também pelo fato de os recursos no território, já sob controle do Estado, em geral, eram capazes de atender às demandas mais prementes da população, o que pode ter levado a uma maior preocupação na garantia da fronteira terrestre, por vezes ameaçada.

Todavia, com a abertura econômica e a redução na percepção em relação às ameaças externas, a RPC começa então a alterar sua postura geopolítica ao término do período em estudo. Dentre outros fatores, podemos perceber a preocupação com a garantia de desenvolvimento futuro e a compreensão de que os recursos disponíveis não seriam mais

suficientes para o contínuo desenvolvimento do Estado. Por conseguinte, em 1985, a RPC passa a desenvolver planos para garantir recursos além do seu território.

Dessa forma, podemos concluir que houve certa harmonia nos comportamentos geopolíticos e geoeconômicos da RPC no período de 1975 a 1985. Como primeiro aspecto, a RPC possuía um plano de governo, que apresentava com clareza o objetivo de desenvolvimento econômico do Estado, identificando e dando coerência aos objetivos de sua política externa de acordo com os desafios de cada momento do período. Em um primeiro momento, até 1978, manteve o Estado mais isolado, com uma estratégia geopolítica defensiva, procurando se organizar internamente e proteger a integridade territorial. Tendo esgotado a capacidade de desenvolver-se sozinho, abriu-se aos investimentos estrangeiros, mas mantendo uma estratégia defensiva, face a persistência da ameaça soviética. Chegando em 1985, afastada a ameaça soviética, a RPC passa a se preocupar com a possibilidade de futura escassez de recursos alimentares e energéticos, e dá seus primeiros passos para uma atuação mais regional, com claros reflexos no seu planejamento estratégico de defesa de 1985. Fato que, no ano de 1985, a RPC inicia um movimento de reajuste, mais direcionado aos recursos do além-mar.

Assim, considerando que a grande estratégia é a que busca identificar e dar coerência para os objetivos da política externa, unindo fatores geopolíticos e geoeconômicos, em que pese não termos verificado a projeção geoeconômica entre os anos de 1975 e 1985, como conclusão parcial, entendemos que a RPC, dentro de suas possibilidades, elaborou planos estratégicos de defesa que se comportaram dentro dos preceitos de uma grande estratégia conforme os comportamentos expostos no quadro constante do APÊNDICE B.

Passaremos agora a estudar um período mais recente da RPC, de 2004 a 2014, para verificar como se comportaram seus fatores econômicos e seus reflexos na estratégia geoeconômica, bem como o contexto geopolítico do período e, assim, verificarmos, qual foi a aderência aos preceitos da grande estratégia.

4 A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 2004 A 2014

No capítulo anterior investigamos o planejamento estratégicos da RPC entre 1975 e 1985 em relação aos preceitos da grande estratégia, a partir da análise de seu comportamento geopolítico e geoestratégico daquele período, buscando identificar seus reflexos nos planejamentos estratégicos de defesa. Iremos neste capítulo realizar estudo análogo, mas para o contexto temporal de 2004 a 2014.

Para atingir nosso propósito, este capítulo foi também dividido em quatro seções. Começaremos abordando, em linhas gerais, o 10º, 11º e 12º PQL, que compreendem respectivamente os períodos de 2001-2005, 2006-2010 e 2011-2015, sob os aspectos econômicos e da política externa. Na sequência, verificaremos o comportamento das variáveis dos fatores econômicos, para buscar compreender qual foi o comportamento da vertente geoeconômica no período. Passaremos, então, a estudar a estratégia geopolítica empregada, com ênfase nos reflexos em termos de planejamento de defesa. Ao término do capítulo, apresentaremos nossas conclusões parciais, agregando as vertentes geopolítica e geoeconômica da RPC, e confrontando-as com os preceitos da grande estratégia.

4.1 Os planos quinquenais da RPC de 2004 a 2014: outro panorama

Durante o período de 2004 a 2014, a RPC teve a sucessão de dois presidentes, Hu Jintao (1942-), de 2003 a 2013, e Xi Jinping (1953-), desde 2013. Durante esses governos, houve uma continuidade entre os PQL da RPC, com o estabelecimento de objetivos políticos claros, que foram perseguidos e atingidos com um bom nível de sucesso (MISHRA, 2020).

Para o 10º PQL, ressaltamos as seguintes metas: a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, de forma a dobrar o PIB chinês entre o ano 2000 e 2010; a estrutura industrial deveria ser otimizada e atualizada; um incremento de 1,5% nos fundos para pesquisa e desenvolvimento; fortalecimento das capacidades científicas e tecnológicas; 90% dos chineses em idade escolar deveriam frequentar o ensino primário, 60% o secundário e 15% o nível superior (RPC, 2001).

Durante a elaboração do 11º PQL, a RPC experimentava um longo período de acentuado crescimento econômico, com redução da pobreza e crescente integração à economia global. Contudo, emergia a preocupação com a desigualdade social e o forte aumento da demanda energética (62% entre 2000 e 2005). Por consequência, o 11º PQL foi um ponto de inflexão na estratégia de desenvolvimento chinês, com princípios mais amplos, que incluíam o bem-estar do cidadão. Dentre suas metas destacamos: a estabilidade macroeconômica, mas com o incremento do padrão de vida da população; a otimização e atualização da estrutura industrial; uma maior eficiência energética; a redução das desigualdades entre a vida urbana e rural; a melhoria dos serviços públicos básicos de saúde, educação e proteção social; e a melhoria na utilização dos recursos naturais, com maior preocupação com a preservação ambiental; e desenvolvimento da ciência e tecnologia de longo prazo, e fomento à inovação (KUJIS, 2008).

O 12º PQL manteve o enfoque do anterior. Em particular, foi dada uma maior ênfase no consumo doméstico e nas questões ambientais. Em termos objetivos, foram estabelecidas metas de crescimento anual de 7% do PIB, uma expansão de 4% dos serviços até 2015, o aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento de 1,75% para 2,2% do PIB, aumento do número de patentes e o robustecimento da educação científica. O plano estabeleceu também sete novas indústrias estratégicas como futuras impulsionadoras de desenvolvimento econômico: tecnologia de energia limpa; biotecnologia; energia alternativa; a próxima geração de tecnologia da informação; novos materiais; fabricação de equipamentos de alto valor

agregado; e veículos de energia limpa. Essas indústrias deveriam aumentar a participação no PIB de 5% no ano de 2010, para 8% em 2015, chegando a 15% em 2020 (CASEY, 2011).

Assim, vemos que no período de 2004 a 2014 a RPC estipulou seus objetivos políticos com objetividade e clareza. Seu foco contemplou tanto o desenvolvimento econômico, quanto o socioambiental. Notamos a contínua preocupação com inovação, atualização tecnológica e educação, bem como com o desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento mais eficiente do ponto de vista de demanda energética. Tendo por base o panorama ora apresentado dos planejamentos entre o 10º e 12º PQL da RPC, iremos na próxima seção verificar o seu comportamento geoeconômico no período de 2004 a 2014.

4.2 A postura geoeconômica da RPC no período de 2004-2014

Conforme observamos na seção anterior, a RPC manteve metas ambiciosas de crescimento econômico entre 2004 e 2014. Nesta seção, iremos dimensionar o seu poder econômico, bem como identificar as estratégias geoeconômicas utilizadas entre 2004 e 2014, por meio da verificação do comportamento das variáveis dos fatores econômicos.

4.2.1 O Comportamento do Fator Mercado da RPC entre 2004 e 2014

No contexto temporal em estudo, a RPC possuía elevado peso econômico e significativa expectativa de crescimento. Tendo iniciado o período como sexta maior economia mundial, desde 2010 já se encontravam na segunda posição. Comparando a taxa de crescimento entre 2004 e 2014 das dez maiores economias mundiais, a RPC foi de longe a que mais avançou,

com 536% de crescimento do PIB, enquanto as outras nove economias cresceram 230% na média. Com relação à expectativa de crescimento, se tomarmos como parâmetro o PIB *per capita* de 2014, cada chinês representava cerca de US\$7.700,00/ano do seu PIB naquele ano, enquanto o norte-americano representava US\$55.000/ano e o japonês US\$38.100,00/ano (WORLD BANK, 2021); como reflexo, a RPC possuía uma mão de obra barata, além de disciplinada, pouco exigente e cada vez mais qualificada. Com essas, dentre outras razões, a expectativa de crescimento da RPC era tal, que economistas daquele período projetavam um PIB duas vezes maior que o norte-americano já na década de 2030 (WANG, 2013).

Em relação ao acesso à diferentes mercados, as operações comerciais chinesas ocorriam em todo o mundo e começavam a desafiar outros Estados. Entre 2004 e 2014, as exportações aumentaram em 300%, ultrapassando US\$2,3 trilhões; e as importações cresceram 250%, contabilizando US\$1,9 trilhões; com a América Latina, por exemplo, as trocas comerciais da RPC cresceram quase vinte vezes nesse período. Durante esse período foi possível observar os esforços do governo de Pequim para fortalecer sua estrutura internacional de acesso a mercados, como a *Shanghai Cooperation Organization* (SCO) (ver ANEXO B), de caráter eminentemente terrestre, e a iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR), de 2013, uma junção do “Cinturão Econômico da Rota da Seda”, de caráter terrestre, e da “Rota da Seda Marítima do Século XXI”, de caráter marítimo (ver ANEXO C).

O OBOR alinhava-se a estratégia de “diplomacia periférica”, estabelecendo um programa de investimento chinês para o desenvolvimento de infraestruturas terrestres e marítimas, notadamente no Mar do Sul da China (MSC) e em cidades litorâneas no Oceano Índico e Mar Mediterrâneo, bem como em zonas no interior do continente asiático, conectando-as ao continente europeu¹⁶. A diplomacia periférica tinha entre seus objetivos salvaguardar a

¹⁶ Há autores que consideram os investimentos da RPC em portos no Oceano Índico uma estratégia de Pequim para criar uma rede de bases navais na região chamada de “estratégia do Colar de Pérolas”.

situação geral de paz e estabilidade regional, aprofundar o padrão de benefícios mútuos e resultados ganha-ganha, participar ativamente da cooperação econômica regional, acelerar a conectividade de infraestrutura e construir um novo padrão de integração econômica regional (PENA BRANCA, 2013).

No período, foi crescente o aumento de influência chinesa nos fluxos internacionais de investimentos e negócios (ver ANEXO D). A iniciativa OBOR é um exemplo do incremento da importância econômica e geopolítica da RPC (BEESON, 2018). Além disso, a RPC buscou aumentar sua influência por meio de ajudas financeiras a outros Estados, em geral em projetos de infraestruturas, que seriam também para fortalecer a retórica do governo de Pequim da autossuficiência da cooperação “sul-sul”¹⁷ (SCHOLVIN; WIGELL; AALTOLA, 2019). Ainda assim, observamos que a RPC não estabeleceu sua liderança regional até 2014. O entrono da Ásia-Pacífico, que já se estimava que seria a mais rica do mundo em 2016, quando a riqueza privada atingiria expressivos US\$57 trilhões (COLE, 2016), contava com a forte concorrência de norte-americanos e europeus, históricos influenciadores da região. Dessa forma, em que pese o foco chinês em estabelecer uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP), os EUA, em 2014, lançavam a Parceria Trans-Pacífica (TPP) – acordos de livre comércio com onze Estados do Pacífico (ver ANEXO E) – que resultaria em perdas estimadas em US\$100 bilhões anuais em exportações para a RPC (GASIMLI, 2015).

Notamos, também, o incremento da importância da RPC no sistema financeiro internacional. No período em tela, todos os balanços de pagamentos chinês de bens e serviços foram positivos, mantendo uma média de US\$213 bilhões anuais. Ademais, suas reservas totais em dólar eram as maiores do mundo, registrando US\$3,9 trilhões em 2014, valor superior à

¹⁷ Em que pese a RPC encontrar-se no hemisfério norte, o termo “sul-sul” tem sido empregado para distinguir suas relações comerciais das conduzidas pelos Estados desenvolvidos ocidentais com o resto do mundo, amplamente conhecido como norte-sul.

soma dos seis Estados que lhe seguiam em reservas. Fato que, em outubro de 2014, com o estabelecimento do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) em Pequim, surge no ocidente o temor de desafio, se não substituição, da estrutura financeira internacional vigente desde a conferência Bretton Woods em 1944 (COLE, 2016).

Por fim, a interdependência econômica com o mercado externo tornou-se significativa. A soma das importações e exportações totalizavam US\$4,7 trilhões. Se dividirmos o PIB pela extensão territorial de cada Estado, vemos que a RPC saiu de US\$32,8 mil/km² em 1985 para US\$1,1 milhões/km² de território em 2014 (ver APÊNDICE A), ultrapassando diversos Estados e aproximando-se de grandes potências, como os EUA, que registrou US\$ 1,9 milhões/km² (WORLD BANK, 2021). Os investimentos no exterior, por sua vez, totalizaram US\$77,2 bilhões em 2012, alcançando 141 Estados (WANG, 2013). Tal avanço, para nós, sinaliza uma maior projeção geoeconômica chinesa no período.

Dessa forma, vemos que para o fator mercado, a RPC apresentava um alto **peso econômico** no contexto mundial no período de 2004 a 2014, com o segundo maior PIB mundial. Em relação ao **potencial de crescimento** econômico, a baixa renda *per capita*, elevada produtividade laboral e contínua busca pelo domínio de uma tecnologia de ponta, são indicadores da forte capacidade competitiva chinesa. Percebemos, também, seu amplo **acesso a diferentes mercados**, com iniciativas para garanti-los e ampliá-los, como o OBOR; e sua crescente capacidade de influenciar os **fluxos internacionais de investimento e negócios**, realizando diversos investimentos no exterior. Por outro lado, observamos que o seu crescimento começava a ser contido por Estados ocidentais, que passaram a usar também suas influências para reduzir o avanço chinês. Por fim, com relação à **interdependência com o mercado externo**, como vimos, a RPC já se encontrava entranhada no mercado internacional, com investimentos espalhados por todo o mundo e servindo como sede para diversas empresas estrangeiras.

4.2.2 O Comportamento dos Fatores Recursos e Regras da RPC entre 2004 e 2014

Passando agora às variáveis do fator recursos, buscaremos compreender como se deu o acesso e controle de insumos, recursos financeiros, tecnológicos, bem como a habilidade de influenciar os fluxos de energia e de *commodity* da RPC no período de 2004 a 2014.

Iniciando pelos insumos, a crescente demanda internacional aos produtos chineses e a melhora do poder de compra de sua população, levaram a RPC a depender cada vez mais da importação de matérias-primas e alimentos. Como exemplo, o governo de Pequim passou a investir na América Latina, uma estratégia geoeconômica para atrair os fluxos de matéria-prima e alimentos em direção ao Pacífico, e assim poder sustentar o seu crescimento industrial e sua demanda por alimentos (WIGELL, 2016). Nesse período, a busca por recursos ganha um importante capítulo, com o pleito da RPC à Comissão da Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em 2009, reivindicando direitos sobre ampla área do MSC; estima-se que a região contenha 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de metros cúbicos de gás natural em reservas provadas, bem como um potencial geológico para mais 5 a 22 bilhões de barris de petróleo e de 70 a 290 trilhões de metros cúbicos de gás (CHAPMAN, 2015).

Quanto aos recursos tecnológicos, as sucessivas políticas de apoio à indústria levaram a RPC a uma boa evolução em termos tecnológicos. Assim, paulatinamente, os produtos chineses foram ganhando escala global e aumentando seu valor agregado, fruto da absorção e desenvolvimento nos mais diversos campos da tecnologia (DIESEN, 2018).

Em relação aos recursos financeiros, como já apresentamos ao longo deste capítulo, finanças já não representavam mais um problema para Pequim. Em 30 anos, a RPC saiu de uma posição de relativa insignificância, para tornar-se um dos maiores *players* do sistema financeiro internacional, ainda mais evidente com a crise financeira de 2008 (PATEL, 2019). Em 2014, os investimentos diretos no exterior superavam US\$100 bilhões e, desde 2010, o *Chinese Export-*

Import Bank e o *China Development Bank* já estavam a frente do *World Bank* nos empréstimos para facilitar investimentos além-mar; em adição, em 2014 foi criado o *New Development Bank* e estabeleceu o AIIB, com um fundo de US\$100 bilhões (YEH, 2016).

Quanto à habilidade de influenciar os fluxos de energia, em 2012 a RPC era responsável por 20% do consumo mundial de energia. Entre 2004 e 2014, a necessidade de importação de insumos energéticos subiu de 4,9% em 2004 para 15% em 2014. Assim, a RPC buscou aliados estratégicos, bem como procurou diversificar suas fontes de energia. Com relação à participação chinesa no disputado mercado internacional de óleo e gás, as Companhias de Óleo Nacional chinesas (NOC) ganharam uma grande proeminência global no período; em 2012, mais da metade dos investimentos totais em campos de petróleo na Ásia Central, Oriente Médio e África foram feitos pelas NOC, dentro do contexto do contexto do OBOR; além disso, 90% das reservas de petróleo, 75% da produção e grande parte das infraestruturas do sistema de óleo e gás estão sob controle das NOC (GAO, 2017). A título de exemplo, em 2014 a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) já operava em cerca de trinta países, era a 4ª maior empresa do mundo, com uma receita de US\$432 bilhões (CNPC, 2021).

Assim, percebemos que no período em estudo, o fator recurso a RPC passou a experimentar uma crescente demanda por **insumos e recursos energéticos**, aumentando sua dependência do exterior, bem como passou a exercer uma crescente influência **nos fluxos de energia**. Os **recursos tecnológicos e recursos financeiros**, outrora um entrave ao crescimento chinês, passaram a ser alavancas do desenvolvimento, fruto da alta competitividade de sua mão de obra e da viabilização do fluxo comercial por meio dos investimentos em infraestruturas no exterior. Ainda em relação aos recursos, nesse período observamos o aumento da atenção chinesa em relação aos recursos do MSC.

Portanto, em relação ao fator recursos, percebemos que a RPC passou a realizar uma crescente projeção geoeconômica no período entre 2004 e 2014, utilizando seus recursos

financeiros para promover o seu comércio e acessar fontes de energia e insumos por todo o globo.

Quanto ao comportamento do Fator Regras da RPC, em 2001 a RPC se tornou o 143º membro da OMC. Desde então, soube aproveitar ativamente as oportunidades de negócios, tendo realizado diversos acordos bilaterais e de livre comércio desde então. Sua adesão foi importante não só para seu mercado interno, que há muito se preparava para a entrada na competição em escala global, como também beneficiou a economia mundial. Dentre as iniciativas tomadas pelo governo de Pequim, podemos citar a adesão à cooperação econômica junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Acordos de Livre Comércio (FTA) e Arranjos de Parceria Econômica Regionais (RCEP). Em geral, os acordos traziam vantagens competitivas para RPC, dada a atração do seu mercado, bem como as assimetrias das contrapartes, em geral de menor poder econômico (HILPERT, 2014).

Todavia, nesse período, outros Estados também agiam para proteger seus interesses comerciais e evitar o avanço chinês. Como exemplo, destacamos o incentivo dos EUA para o estabelecimento da TPP, o qual propunha acordos de livre comércio com importantes parceiros comerciais chineses, mas elaborando regras rigorosas nos campos sociais, ambientais e de propriedade intelectual, as quais, sob a ótica do governo de Pequim, eram parte da estratégia de contenção norte-americana para estancar o desenvolvimento econômico chinês. Ainda em relação à capacidade de influir nas regras de comércio, ao término de 2013 já pesava contra a RPC diversas acusações de violação às regras da OMC ou de seu acesso, oriundas principalmente dos EUA e União Europeia. Dentre as principais acusações contavam alegações de restrições indevidas de acesso ao seu mercado interno, subsídios indevidos à indústria, desrespeito à propriedade intelectual e sistemáticas desvalorizações cambiais para aumentar a competitividade de seus produtos (HILPERT, 2014).

Dessa forma, para o fator regras, no período de 2004 a 2014, notamos a crescente influência chinesa nos principais fóruns de comércio global, que permitia a negociação de regras mais favoráveis ao governo de Pequim. Por outro lado, constatamos também que seu poder não era pleno, já que vinha sofrendo a oposição e contestação de outros Estados.

4.2.3 A Estratégia Geoeconômica da RPC entre 2004 e 2014

Pelo exposto nesta seção, no período de 2004 a 2014, a RPC despontava como uma grande economia global e em contínua ascensão. Nesse período, observamos uma crescente projeção geoeconômica, em que os instrumentos de mercado, recursos e regras, foram utilizados para atingir dois importantes objetivos. O primeiro, o desenvolvimento econômico e social do Estado, que dentre outros fatores, foi alcançado por meio da conveniente importação de insumos faltosos no território, fortalecimento da competitividade laboral e exportação dos bens e serviços produzidos em escala global. Como segundo objetivo, verificamos que foram alcançados resultados geopolíticos favoráveis, uma vez que foram promovidos vínculos mais perenes com outros Estados, por meio de ajuda e financiamento de projetos de infraestrutura.

Portanto, compreendemos que a postura da política chinesa teve adesão à lógica da estratégia geoeconômica, com indícios do uso de estratégias, tanto evidentes (como exemplo os investimentos em infraestruturas no exterior), quanto velados (por exemplo, manipulação cambial) para alcançar objetivos. Encerrado o estudo da vertente geoeconômica, na próxima seção investigaremos como se comportou a estratégia geopolítica da RPC no mesmo período, mantendo nosso enfoque na expressão do poder militar e nos reflexos em termos de planejamento estratégico de defesa.

4.3 A postura geopolítica da RPC no período de 2004-2014

Na seção anterior verificamos as variáveis do poder econômico da RPC no período de 2004 a 2014 e como o governo de Pequim utilizou seus instrumentos econômicos para realizar sua projeção geoeconômica em proveito de seus objetivos políticos. Verificaremos, agora, o comportamento geopolítico chinês, sobretudo nos aspectos observáveis de sua política estratégica de defesa, procurando constatar quais foram as preocupações e os resultados em termos de aparelhamento de suas forças armadas para o contexto temporal em estudo.

De acordo com o Livro Branco de Defesa da RPC de 2004, a região da Ásia-Pacífico gozava de estabilidade e segurança, em que as disputas eram resolvidas por intermédio de consultas pacíficas (RPC, 2004). Ainda assim, já começava a se notar um ponto de inflexão das preocupações de Pequim quanto às questões em seu entorno estratégico (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Em 2004, a histórica presença da marinha norte-americana naquela região era incontestável, um cenário que vai se reajustando paulatinamente até 2014. À medida que o fortalecimento econômico chinês começava a ser traduzido em iniciativas diplomáticas e militares, aumentava o debate em Washington acerca das questões de segurança nacional norte-americana (BARACUHY, 2019). Para o governo de Pequim, foi crescente a conscientização de que, para manter a sua competitividade, seus interesses poderiam transbordar sobre os interesses de outros Estados (QIU, 2015).

Desde o final da década de 1990 a RPC já vinha investindo na modernização de suas forças, por consequência das fragilidades identificadas quando confrontadas com a performance norte-americana na Guerra do Golfo (1990-1991) (CHASE et al., 2015). Em termos de PIB, os gastos militares chineses se mantiveram relativamente estáveis entre 2004 e 2014, oscilando entre 1,8% e 2,0%. Mas em termos financeiros, o crescimento foi contínuo, com os gastos em 2014 atingindo US\$200,7 bilhões, cinco vezes superior ao ano de 2004. Ainda

assim, em que pese ter sido o segundo maior gasto militar do mundo, era bem abaixo dos gastos norte-americanos, em média US\$643,6 bilhões no mesmo período (SIPRI, 2021).

Em termos geopolíticos, no período de 2004 a 2014, podemos notar um duplo movimento da RPC, tanto no sentido “makinderiano” de expansão terrestre em direção ao *heartland* eurasiático, quanto no sentido “mahaniano” de expansão para o oceano (BARACUHY, 2019). Em termos gerais, na vertente terrestre, temos os acordos da SCO para a segurança regional, uma cooperação entre a RPC e Estados da Ásia Central para combater os “três males” – separatismo, terrorismo e extremismo religioso – tanto nas fronteiras ocidentais chinesas, como além de suas fronteiras, na Ásia Central (KÄPYLÄ; AALTOLA, 2019). Na vertente marítima, a necessidade de salvaguardar o transporte de insumos energéticos e alimentares, dentro do espectro de iniciativas como a OBOR, levou à RPC a adotar uma política marítima e naval mais amplas, surgindo o embrião de um processo de construção de portos e bases navais além-mar (BARACUHY, 2019).

Traduzindo as preocupações políticas em termos de planejamento estratégico de defesa, durante nosso contexto temporal, a “RPC devotou considerável atenção na modernização de suas forças terrestres, mas o incremento mais notável foi nas capacidades naval, aérea, míssil, espacial e C4ISR¹⁸” (CHASE et al., 2015, p. 15). O resultado do aparelhamento de defesa da RPC deu origem a uma nova concepção estratégica, conhecida e estudada no ocidente como *Anti-Access/Area Denial* (A2AD) (ver ANEXO F).

Em termo de meios, para a marinha de guerra, a RPC importou e construiu modernos meios de superfície, como fragatas e destróieres dotados de mísseis guiados, incrementou qualitativamente sua força submarina e comissionou seu primeiro porta-aviões em 2012. Ainda que não se verificassem bases navais chinesas no exterior, o governo de Pequim

¹⁸ Sigla em inglês para Comando, Controle, Comunicações, Cibernético (C4) Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR).

recuperou terras e iniciou a construção de estruturas nas Ilhas Spratly (EUA, 2019), e foi gradualmente alterando seu foco de uma “defesa marítima afastada” para uma combinação de “defesa marítima afastada com proteção de mar aberto” (CHANSORIA, 2016).

Na força aérea chinesa, foram construídas ou importadas modernas aeronaves, que em 2015 contabilizavam 2.800 aeronaves, sendo cerca de 1.400 caças de 4ª geração ou superior e uma ampla variedade de veículos aéreos não tripulado. Além disso, atualizou bombardeiros; aprimorou suas capacidades de controle e alarme aéreo antecipado (AEW&C), ISR, reabastecimento em voo e transporte estratégico. Os investimentos na força aérea chinesa tinham vistas a criar uma força estratégica, proporcional à sua crescente influência e alinhado ao despertar de seus interesses no exterior (CHASE et al., 2015).

Em relação à força de mísseis estratégicos, também se verificou no período grande atualização e sofisticação do arsenal de mísseis nucleares, tanto para missões de nível operacional quanto no desenvolvimento das capacidades de dissuasão estratégica, a nível continental. Para os mísseis convencionais balísticos e de cruzeiro, também se diversificou seu arsenal, sendo considerado por autores o maior do mundo (CHASE et al., 2015).

A RPC também desenvolveu fortemente seu setor espacial, cibernético e de guerra eletromagnética (EW). Nesse período, foram colocados em órbita diversos satélites para apoio a operações militares. O espaço sideral e o espectro eletromagnético, para os estrategistas militares chineses, passaram a ser questões centrais para a operação militar, em que as forças rivais competiriam centradas na busca da informação (CHASE et al., 2015).

Assim, podemos notar que entre os anos de 2004 e 2014, a RPC conduziu planejamentos estratégicos de defesa para desenvolver amplas capacidades militares, muitas delas estratégicas, de forma a proteger seus interesses para além dos limites regionais imediatos. Com isso, podemos concluir que o outrora caráter defensivo das forças chinesas, foi sendo alterado com o tempo, assumindo envergadura de uma força regional respeitável.

4.4 A RPC no período de 2004-2014 e a grande estratégia

No período de 2004 a 2014 a RPC se manteve firme no estabelecimento e busca por seus objetivos políticos, sempre estabelecidos com objetividade e clareza. Nesse período, além do foco na competitividade e crescimento econômico, o governo de Pequim passou a dar maior ênfase no bem-estar social.

Na vertente geoeconômica, a economia chinesa despontava como a segunda maior economia do mundo e em contínua ascensão. Contudo, à medida que crescia, aumentaram também: sua dependência da importação de insumos; o interesse no MSC, com reservas que remontam trilhões de dólares; a disputa por acesso a mercados de centenas de bilhões de dólares. Observamos, assim, sua crescente projeção geoeconômica, traduzida pelo uso de instrumentos econômicos para garantir o seu fluxo de insumos e mercadorias.

Na vertente geopolítica, os investimentos em defesa aumentaram na proporção em que ocorria o crescimento econômico, atingindo um montante de US\$200 bilhões em 2014. Nesse período, a RPC conduziu planejamentos estratégicos de defesa que levaram à obtenção de recursos e meios que lhe conferiram capacidades estratégicas, para proteger seus interesses com uma envergadura de uma força regional respeitável.

Por fim, à luz da grande estratégia, podemos concluir que houve harmonia nos comportamentos geopolíticos e geoeconômicos da RPC no período de 2004 a 2014, uma vez que os investimentos em defesa realizados se conjugaram aos crescentes interesses a serem protegidos. Como conclusão parcial, entendemos que houve aderência entre os planos estratégicos de defesa da RPC aos preceitos de uma grande estratégia conforme o comportamento exposto no quadro constante do APÊNDICE C.

5 ESTUDO COMPARATIVO: OS REFLEXOS DA GEOECONOMIA

Após termos estudado os reflexos da geoeconomia nos planejamentos estratégicos chineses para os períodos de 1975 a 1985 e 2004 a 2014 à luz da grande estratégia, confrontaremos agora os resultados obtidos para verificar as similaridades e singularidades entre os planejamentos de defesa, bem como, identificaremos algumas evidências que levaram à alteração dos padrões desses planejamentos.

Iniciando pelas similaridades, notamos que nos dois períodos o governo de Pequim estabeleceu objetivos políticos de médio e longo prazos, com foco no desenvolvimento econômico, que a fundo, buscavam a melhora do bem-estar da população. Os objetivos estabelecidos tinham metas claras a serem atingidas, o que não é uma realidade garantida, e certamente contribuíram para o estabelecimento de estratégias setoriais. Como reflexo, pudemos observar que foram elaborados planejamentos estratégicos de defesa coerentes com os objetivos e desafios de cada momento vivido.

Em relação às singularidades, no contexto temporal de 1975 a 1985 não havia projeção geoeconômica da RPC, ao passo que a percepção de ameaça geopolítica era elevada. Nesse contexto, notamos que planejamentos estratégicos de defesa resultaram em um enfoque territorial, com ênfase no exército, enquanto as forças navais e aéreas atenderiam às questões defensivas complementares. Ao término do período, houve uma redução da percepção de ameaça geopolítica e, *pari passu*, um aumento das preocupações com uma já previsível escassez de recursos. Assim, chegamos a 1985 com o governo de Pequim em meio a preocupações com as indefinidas questões regionais, começando a repensar sua estratégia defensiva para uma regional, com maior ênfase na marinha.

No período de 2004 a 2014, por sua vez, a RPC possuía uma crescente projeção geoeconômica, para acesso a mercados e recursos, que foi sendo acompanhada pelo aumento

da percepção de ameaça geopolítica. Assim sendo, pudemos constatar que os planejamentos estratégicos de defesa evoluíram da outrora defesa territorial, predominante entre 1975-1985, para o estabelecimento de uma estratégia de proteção regional. Pelas evidências encontradas em nosso estudo, a alteração teria ocorrido, ao menos em parte, em razão do entendimento do governo de que as metas de desenvolvimento econômico e social só poderiam ser alcançadas com a proteção de interesses além-mar. Por conseguinte, foi dada maior ênfase na capacidade de atuação regional e em mar aberto, tanto em sentido “mahaniano” de poder marítimo, quanto “makinderiano” de poder terrestre.

Vemos, portanto, que o aumento da projeção geoeconômica gerou o aumento da percepção de ameaça geopolítica, refletindo nos planejamentos estratégicos de defesa chineses. Portanto, é possível concluirmos que os planejamentos aderiram à grande estratégia, uma vez que houve sintonia entre as estratégias geoeconômicas e geopolíticas (meios e métodos) para atingir as metas políticas estabelecidas (fins). Fazendo uma representação gráfica, chegaríamos ao seguinte comportamento:

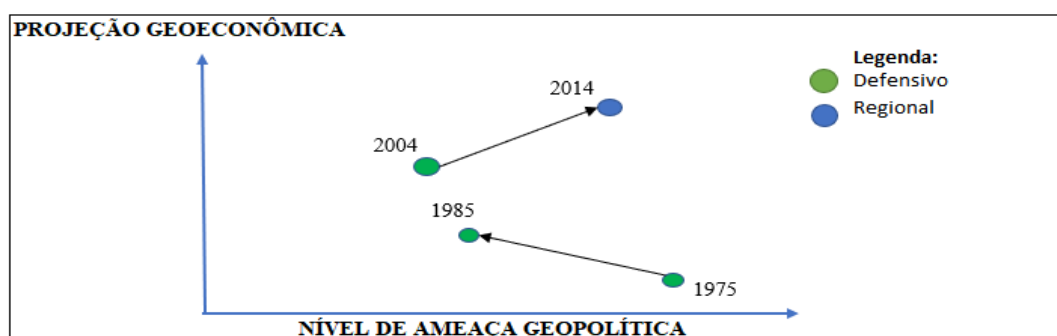


GRÁFICO 1 - Evolução dos planejamentos estratégicos da RPC à luz da grande estratégia

Partindo desse ponto, a fim de compreendermos as diferentes formas com que as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado, acrescentaremos alguns casos, baseados em senso comum, de Estados que sabidamente apresentam comportamentos diferentes dos encontrados para a RPC.

Iniciando pela realidade brasileira, sabemos que os planejamentos estratégicos brasileiros dão ênfase às questões defensivas, bem como, eventualmente acompanhamos o emprego das forças em atividades constabulares¹⁹. Além desses fatos, é plausível afirmar que a percepção de ameaça geopolítica e a projeção geoeconômica no Brasil são relativamente baixas, sobretudo quando comparada com a de Estados mais desenvolvidos.

Considerando os EUA, é de amplo conhecimento que os seus planejamentos estratégicos de defesa possuem um caráter global. Além disso, sua projeção geoeconômica é elevada, bem como é alto o nível de ameaça geopolítica a que se expõem.

Por fim, temos outras duas realidades, mais excepcionais. A primeira, podemos citar o caso do Haiti, que no passado desmobilizou suas forças armadas e vive em meio a uma crise de suas instituições. Sabemos se tratar de um Estado de pouca projeção geoeconômica, que não desperta cobiças em outros Estados. A outra realidade, temos o exemplo de Mônaco, que possui um elevado índice de projeção econômica (ver APÊNDICE D), mas que não apresenta planos de defesa correspondentes. Assim, chegamos ao seguinte resultado:

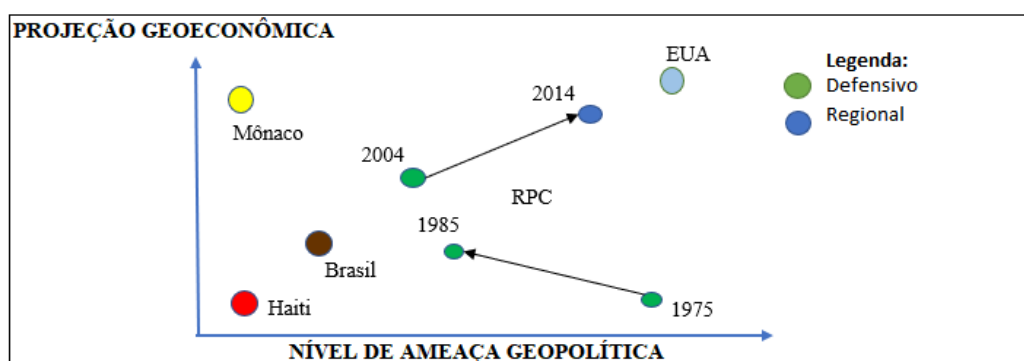


GRÁFICO 2 – Planejamentos estratégicos de defesa à luz da grande estratégia

Feitas essas considerações, passaremos agora ao nosso último capítulo, onde apresentaremos nossas conclusões finais, levantaremos algumas questões para pesquisa e faremos nossas últimas colocações.

¹⁹ Constabular refere-se ao emprego das Forças Armadas em funções policiais ou, para as forças navais, na proteção dos recursos da ZEE em ações que não se caracterizam como militares ou diplomáticas (BRASIL, 2015).

6 CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado. Estabelecemos uma questão de pesquisa com o intuito de identificar as similaridades e singularidades entre os planejamentos estratégicos de defesa chineses de dois contextos temporais distintos, o primeiro de 1975 a 1985 e o segundo de 2004 a 2014, de uma perspectiva geoeconômica.

Antes de respondermos à questão, foi necessário apresentar no capítulo dois os conceitos de geoeconomia e abordamos a grande estratégia, que integra a geoeconomia com a geopolítica. Investigamos, então, nos capítulos três e quatro, as questões geoeconômicas e os planejamentos estratégicos de defesa que permeavam cada contexto temporal proposto, verificando a aderência dos resultados aos conceitos da grande estratégia por meio de conclusões parciais.

De posse dos resultados, no capítulo cinco realizamos a comparação e, com isso, respondemos à nossa questão de pesquisa, permitindo assim extrair algumas conclusões. Iniciando pelas similaridades, notamos que nos dois períodos o governo de Pequim estabeleceu objetivos políticos que certamente contribuíram para o estabelecimento de planejamentos estratégicos de defesa alinhados a esses objetivos. Quanto às singularidades, enquanto a RPC convivia com um cenário de elevada ameaça na vertente geopolítica, mas não possuía projeção geoeconômica, seus planos de defesa priorizaram o caráter de defesa territorial, com ênfase nos planos do exército. Posteriormente, o aumento da sua projeção geoeconômica contribuiu para o aumento de percepção de ameaça geopolítica, o que levou a planos de defesa de caráter regional, com maior ênfase na proteção além-mar.

Percebemos, pelas dinâmicas, que as questões geoeconômicas parecem de fato ser capazes de influenciar os planejamentos de defesa de um Estado. Sendo assim, ainda no capítulo

cinco, passamos a verificar outras possíveis formas de influência, agregando realidades distintas das identificadas para a RPC.

Isso posto, podemos agora apresentar abaixo o “gráfico estratégico e as tendências de defesa”, que derivamos da comparação de nossos objetos. Para o caso dos nossos objetos, houve aderência com a forma gráfica que se segue. Deixamos para investigações futuras a verificação de se outras realidades concretas teriam ou não aderência ao que surgiu de nossa pesquisa. Segue o “gráfico estratégico e as tendências de defesa” e algumas considerações:

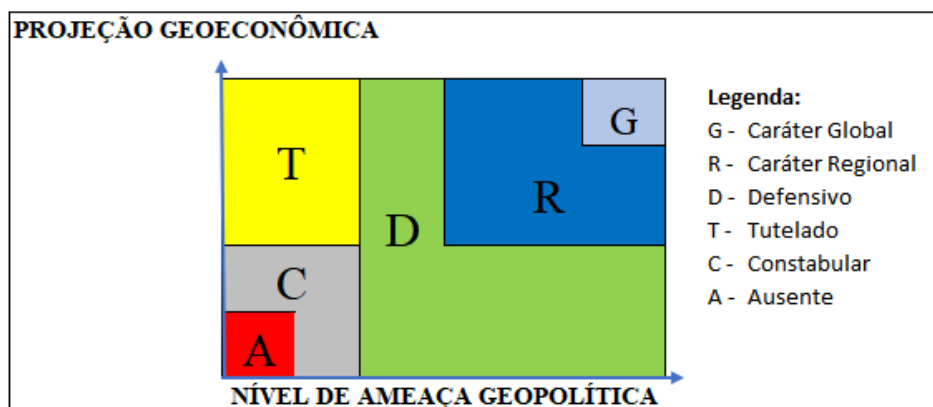


GRÁFICO 3 – Gráfico estratégico e as tendências de defesa.

Pelo gráfico, existiriam seis tipos possíveis de ênfase, tácita ou implícita, para planejamentos estratégicos de defesa de um Estado à luz da grande estratégia. Cada tipo seria resultante da combinação entre o nível de ameaça geopolítica percebida e o grau de projeção geoeconômica por ele almejado.

De maneira geral, conforme o gráfico, os planejamentos de defesa de nível global (G) ocorreriam quando o Estado possuísse uma elevada projeção geoeconômica, ficando exposto a um elevado número de ameaças a nível geopolítico, necessitando de uma estrutura de defesa global para se contrapor às ameaças em todo o mundo.

Os de caráter regional (R) seriam reflexo de uma projeção geoeconômica regional, acompanhada pela percepção de ameaça geopolítica proporcional, com ambas as vertentes se apresentando em nível médio para alto (caso da RPC entre 2004-2014).

Os planejamentos de caráter defensivo (D) traduziriam hipóteses em que há projeção geoeconômica sem ameaça geopolítica; ou quando há ameaça geopolítica, mas não há projeção geoeconômica (caso da RPC entre 1974-1984); ou ainda, quando as duas vertentes ocorrem em nível mais baixo. Nesses casos, maior ênfase seria dada ao exército.

A estratégia de tutela (T) se verificaria na hipótese de haver um Estado de elevada projeção geoeconômica, mas sem planejamentos estratégicos correspondentes. Nesse caso, poderíamos inferir que a estratégia de defesa, de certo modo, estaria pautada em alianças militares ou respaldada diretamente por outros Estados.

A estratégia constabular (C) ocorreria nas situações em que há baixa ambição geoeconômica e uma baixa percepção em termos de ameaças geopolíticas. A opção de se viver em paz sobrepujaria o interesse de crescimento econômico e de garantia do bem-estar social. Nesses casos, uma maior ênfase seria dada nas questões domésticas.

A ausência de planejamentos estratégicos de defesa (A) teriam a tendência de ocorrer na hipótese em que um Estado apresente baixa expressão geopolítica e geoeconômica, podendo ser reflexo, também, de sua desorganização institucional interna.

Feitas essas considerações, acreditamos que conseguimos atingir ao propósito de nosso estudo, passando a melhor compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado.

Por fim, concluímos sustentando a importância de se certificar de que haja no Estado uma estrutura efetivamente constituída, apta a traçar estratégias geoeconômicas e geopolíticas conjuntamente, considerando tanto os objetivos de defesa e segurança, como também, de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Kenneth. *THE PLA AIR FORCE: 1949-2002: overview and lessons learned*. In: BURKITT, Laurie; SCOBELL, Andrew; WORTZEL, Larry. *THE LESSONS OF HISTORY: the chinese people's liberation army at 75*. Carlisle: Strategic Studies Institute, US Army War College, 2003. Cap. 13, p. 457. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep12104.7>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BANISTER, Judith. *An Analysis of Recent Data on the Population of China*. *Population And Development Review*. Nova York, p. 241-271. jun. 1984. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1973082>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BARACUHY, Braz. *Geo-economics as a dimension of grand strategy: notes on the concept and its evolution*. In: WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika (ed.). *Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century: the revival of economic statecraft*. Nova York: Routledge, 2019. Cap. 16, p. 239.

BEESON, Mark. *Geo-economics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy*. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20954816.2018.1498988>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BHAGWAGAR, Rayan. *China's Overseas Military Bases*. 2020. Disponível em: <<https://modern diplomacy.eu/2020/08/31/chinas-overseas-military-bases/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BIJIAN, Zheng. *China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status*. *Foreign Affairs*. Nova York, p. 18-24. out. 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20031702>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by the Other Means: geo-economics and statecraft*. Cambridge: The Belknap Press, 2016. 366 p.

BRASIL, Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas MD35-G-01. 5 ed. Brasília, 2015, 288 p. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CASEY, Joseph. *Backgrounder: China's 12th Five-Year Plan*. Washington: Us-China Commission, 2011. 22 p. Disponível em: https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/12th-FiveYearPlan_062811.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

CHANSORIA, Monika. *Chinese Naval Presence in the Indian Ocean Region*. *Indian Foreign Affairs Journal*. Nova Delhi, p. 17-22. jan. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45341073>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CHAPMAN, Bert. *CHINA'S NINE-DASHED MAP. Geopolitics, History, And International Relations*. West Lafayette, p. 146-168. 01 out. 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26806077>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHASE, Michael et al. *China's Incomplete Military Transformation: assessing the weaknesses of the people's liberation army (PLA)*. Santa Monica: Rand Corporation, 2015. Cap. 7, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7249/j.ctt13x1fwr.8>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHEN, Donghua; LI, Oliver; XIN, Fu. *Five-year plans, China finance and their consequences*. *China Journal of Accounting Research*. Cantão, 23 ago. 2017. p. 189-230. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1755309117300199>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHENG, Chu-Yuan. *China's Industrialization and Economic Development*. *The People's Republic of China*. California, p. 264-280. set. 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45319461>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CNPC (Pequim) (org.). *CNPC Worldwide*. 2021. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/en/cnpcworldwide/cnpcworldwide.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COLE, Bernard. *China's quest for great power: ships, oil, and foreign policy*. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2016. 306 p.

CORDESMAN, Anthony; HESS, Ashley; YAROSH, Nicholas. *Chinese Military Modernization and Force Development: a western perspective*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2013. 347 p.

DIESEN, Glenn. *China's Geoeconomics and the 'New Cold War'*. 2018. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/21279/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DOLLAR, David. *Decentralisation, local innovation, and competition among cities*. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (ed.). *CHINA'S 40 YEARS OF REFORM AND DEVELOPMENT 1978–2018*. Acton: Anu Press, 2018. Cap. 31.

EUA. Defense Intelligence Agency. Secretary of Defense (org.). *CHINA MILITARY POWER*. Washington: Defense Intelligence Agency, 2019. 125 p.

GAO, Shuqin. *China and Global Energy Governance: Integration or Confrontation?* Global Governance. Boston, p. 307-325. abr. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44861125>. Acesso em: 11 ago. 2021.

GASIMLI, Vusal. *Geo-economics* Bacu: Aston, 2015. 207 p.

GRUVER, William; ZHU, Haokang. *DENG XIAOPING: a leadership case study*. International Journal of Arts & Sciences. Lewisburg, p. 1-37. 07 jul. 2016.

HEATH, Timothy. *An Overview of China's Evolving Military Strategy in China's Evolving Military Strategy*, Ed. McReynolds Joe, 2016. 39 p. Washington: Brookings Institution Press. 2016.

HILPERT, Hanns Günther. *China's Trade Policy: dominance without the will to lead*. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, 2014. 32 p. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/publications/products/research_papers/2014_RP01_hlp.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

HOVET, Kristen. *US And Eleven Other Nations Reach Trans-Pacific Partnership Agreement*. 2015. Disponível em: <https://immortal.org/18183/us-eleven-nations-reach-trans-pacific-partnership-agreement/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

HUANBO, Zhang. *Outbound investment strategy needs to be revamped*. 2013. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2013-01/07/content_16091377.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HUANG, Chieh-Cheng. *The Chinese Navy's Offshore Active Defense Strategy: Conceptualization and Implications*. *Naval War College Review*. Newport, p. 7-32. jun. 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44637324>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HUANG, Yasheng. *CHINA BOOM: RURAL CHINA IN THE 1980s*. Cambridge: Mit Sloan School of Management, 2010. 20 p. Disponível em: <<https://rucore.libraries.rutgers.edu/rutgers-lib/42167/PDF/1/play/>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

HUANG, Yiping; WANG, Xun. 'Strong on quantity, weak on quality': china's financial reform between 1978 and 2018. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (ed.). *CHINA'S 40 YEARS OF REFORM AND DEVELOPMENT 1978-2018*. Acton: Anu Press, 2018. Cap. 31.

JOSHI, Sameer. *DEMYSTIFYING THE ANTI-ACCESS/AREA DENIAL (A2/AD) THREAT*. 2019. Disponível em: <<https://sameerjoshi73.medium.com/demystifying-the-anti-access-area-denial-a2-ad-threat-d0ed26ae8b9e>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

KÄPYLÄ, Juha; AALTOLA, Mika. *Critical infrastructure in geostrategic competition: comparing the us and chinese silk road projects*. In: WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika. *Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century: the revival of economic statecraft*. Nova York: Routledge, 2019. Cap. 16, p. 239.

KITCHEN, Nicholas (ed.). *CHINA'S: geoeconomic strategy*. Londres: LSE Ideas, 2012. 53 p.

KUIJS, Louis. *MID-TERM EVALUATION OF CHINA'S 11TH 5 YEAR PLAN*. Pequim: World Bank, 2008. 192 p.

LEONARD, Mark (ed.). *Connectivity Wars: why migration, finance and trade are the geo-economic battlegrounds of the future*. Londres: European Council on Foreign Relations, 2016. 224 p.

LI, Kunwang; JIANG, Wei. *China's foreign trade: reform, performance, and contribution to economic growth*. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (ed.). *CHINA'S 40 YEARS OF REFORM AND DEVELOPMENT 1978–2018*. Acton: Anu Press, 2018. Cap. 31.

LIN, Justin Yifu; SHEN, Zhongkai. *Reform and development strategy*. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; FANG, Cai (ed.). *CHINA'S 40 YEARS OF REFORM AND DEVELOPMENT 1978–2018*. Acton: Anu Press, 2018. Cap. 31.

LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo*. Tradução de Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2001. 320 p. Título original: *Turbocapitalism*.

MAHAN, Alfred. *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*. New York: Dover Publications, 1987. 557 p.

MASSOL, Philippe. *Negotiation (techniques): negotiation fundamental principles*. Kaloor: Smart Owl, 2020. 68 p.

MISHRA, Sk. *Chinese Economy: story of china's rise as a world power, economic reforms, gdp, five-year plans, currency exchange policy, social security, trade*. Sucheu: Independente, 2020. 72 p.

NOI, Goh. China makes tracks on modern Silk Road. 2017. Disponível em: <<https://www.straitstimes.com/asia/china-makes-tracks-on-modern-silk-road>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

O'ROURKE, Kevin. *POLITICS AND TRADE: lessons from past globalisations*. Bruxelas: Bruegel Essay and Lecture Series, 2009. 33 p. Disponível em: <https://www.bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/el_0209_poltrade.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PAN, Xiaoming. *China's FTA Strategy*. 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/06/chinas-fta-strategy/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PATEL, Ritesh. *BRICS Emerging Markets Linkages. The Journal of Private Equity*. Londres, p. 42-59. fev. 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26864435>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PENA BRANCA (ed.). *Xi fez um discurso importante em um simpósio sobre assuntos externos em todo o país*. 2013. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com//politics/2013-10/25/c_117878897.htm>. Acesso em: 03 jul. 2021.

PIKE, John (org.). *People's Liberation Navy: offshore defense*. 2011. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-doctrine-offshore.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____, John. *People's Liberation Navy - History*. 2019. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-history.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

QIU, Mingda. *China's Science of Military Strategy: Cross-Domain Concepts*. La Jolla: CDD Working Paper, 2015. 24 p.

RPC. Livro Branco de Defesa de 2014, Título original: China's Military Strategy. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768294.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Livro Branco de Defesa de 2004, Título original: China's National Defense in 2004. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2004. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/20041227/index.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RYAN, Mark et al. *Chinese Warfighting: the PLA experience since 1949: the PLA experience since 1949*. Abingdon: Routledge, 2015. 304 p.

SCHOLVIN, Sören; WIGELL, Mikael. *Geo-economic power politics: an introduction*. In: WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika (ed.). *Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century: the revival of economic statecraft*. Nova York: Routledge, 2019. p. 1-13.

SCHOLVIN, Sören; WIGELL, Mikael; AALTOLA, Mika. *Conclusion*. In: WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika. *Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century: the revival of economic statecraft*. Nova York: Routledge, 2019. Cap. 16. p. 219-227.

SIPRI (Estocolmo) (ed.). *SIPRI Military Expenditure Database*. 2021. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TOKTOMUSHEV, Kemel. *Shanghai Cooperation Organization: perspectives from central asia. Perspectives from Central Asia*. 2015. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/finance-economy/shanghai-cooperation-organization-perspectives-from-central-asia>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

TZU, Sun. *A ARTE DA GUERRA*. Porto Alegre: L&Pm, 2000. 152 p.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 5ª edição. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2013.

WANG, Dong. *US-China Trade, 1971–2012: insights into the US-China relationship*. The Asia-Pacific Journal, [s. l], v. 11, n. 4, p. 1-15, 16 jun. 2013.

WEDIN, Lars. *Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

WIGELL, Mikael. *CHINA'S ADVANCE IN LATIN AMERICA: geostrategic implications for Europe, the US, and the region itself*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs, 2016. 9 p.

WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika. *Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century: the revival of economic statecraft*. Nova York: Routledge, 2019. 239 p.

WORLD BANK (Washington) (ed.). *Dados da RPC*. 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

YARGER, Harry. *STRATEGIC THEORY FOR THE 21st CENTURY: the little book on big strategy*. Carlisle: Strategic Studies Institute, Us Army War College, 2006. 83 p.

YEH, Emily. Introduction: The geoeconomics and geopolitics of Chinese development and investment in Asia. 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15387216.2016.1237881>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James. *Red star over the Pacific: China's rise and the Challenge to U.S. maritime strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 2010. 292 p.

APÊNDICE A

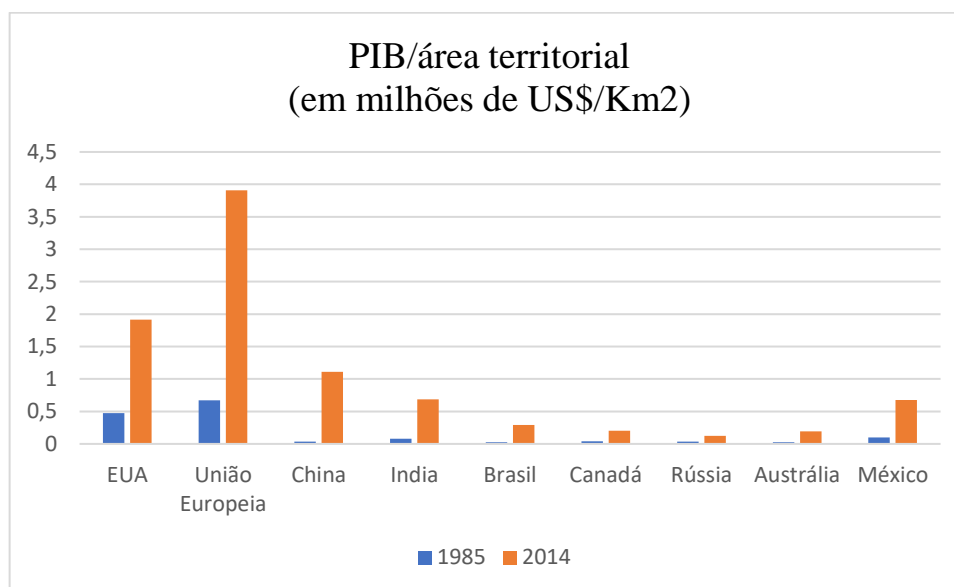


GRÁFICO 4 – Razão entre PIB e área territorial de 1985 e 2014 de atores selecionados.

Fonte: do autor, com base em dados de PIB e extensão territorial fornecidos pelo World Bank, disponível em <https://data.worldbank.org>.

TABELA 1

Razão entre PIB e área territorial de 1985 e 2014 de atores selecionados

Estado	1985	2014
	US\$ milhões/Km ²	US\$ milhões/Km ²
EUA	0,47	1,92
União Europeia	0,67	3,91
China	0,03	1,11
Índia	0,08	0,69
Brasil	0,03	0,29
Canadá	0,04	0,20
Rússia	0,03	0,13
Austrália	0,02	0,19
México	0,10	0,68

Fonte: do autor, com base em dados de PIB e extensão territorial fornecidos pelo World Bank, disponível em <https://data.worldbank.org>.

Nota: Como critérios de seleção dos atores consideramos os Estados, entre os vinte maiores PIB de 2014, cujo território possuísse mais de um milhão de Km². Para a União Europeia, atentamos para a mudança do bloco entre 1985 e 2014, tanto em termos territoriais quanto em termos de PIB.

APÊNDICE B

QUADRO 1
As vertentes da grande estratégia da RPC entre 1975-1985

Período	Vertente Geoeconômica	Vertente Geopolítica
1975-1978	Pouco poder econômico, economia fechada, potencial de crescimento impedido pela incapacidade de investimentos com os recursos financeiros do Governo.	Política Estratégica de Defesa de caráter defensivo. Ênfase nos planos do Exército. Marinha com atuação costeira e força aérea defensiva. Inimigo identificado: soviéticos.
1978-1984	Pouco poder econômico, economia semiaberta, início de crescimento com base no investimento estrangeiro e nos recursos disponíveis no território.	Política Estratégica de Defesa de caráter defensivo. Ênfase nos planos do Exército. Marinha com atuação costeira e força aérea defensiva. Inimigo identificado: soviéticos.
1985	Pouco poder econômico, economia semiaberta, antevia-se que os recursos energéticos e alimentares restringiriam o contínuo desenvolvimento nacional.	Política Estratégica de Defesa de caráter defensivo, mas distanciada para além do litoral. Aumento na ênfase da Marinha, projetando-a para maior atuação regional. Força aérea defensiva. Sem inimigos identificados.

Fonte: do autor.

APÊNDICE C

QUADRO 2
As vertentes da grande estratégia da RPC entre 2004-2014

Período	Vertente Geoeconômica	Vertente Geopolítica
2004-2014	<p>Grande poder econômico. Economia competitiva. Projeção geoeconômica. Dependência de insumos no exterior. Competição por mercados, com fortes reflexos econômicos. Investimentos no exterior. Reivindicações no MSC. Adversário econômico identificado: EUA.</p>	<p>Política Estratégica de Defesa de caráter regional, focado na defesa e proteção de interesses extraterritoriais. Menor ênfase nos planos do Exército em relação às demais forças. Marinha com atuação regional. Força Aérea expressiva. Força de mísseis estratégicos renovada. Desenvolvimento dos setores espaciais, cibernético e EW. Receio: EUA. Objetivos a serem protegidos: fluxos e acessos de recursos e mercadorias, da ordem de trilhões de dólares.</p>

Fonte: do autor.

APÊNDICE D

ESTADOS COM MAIOR RELAÇÃO ENTRE PIB E DIMENSÃO TERRITORIAL NO ANO DE 2014

TABELA 2

Estados com maior relação entre PIB e dimensão territorial no ano de 2014

Estado	2014 (milhões de US\$)
Macao SAR, China	1812,0
Singapura	437,9
Hong Kong SAR, China	263,8
Mônaco	94,4
Bahrain	43,3
Liechtenstein	41,6
Sint Maarten (Dutch part)	36,6
Malta	36,3
San Marino	27,9
Luxemburgo	25,5
Holanda	21,4
Qatar	17,9
Suíça	17,8
Bélgica	17,5
Ilhas Cayman	17,3
Aruba	15,5
Rep. da Coreia	14,8
Israel	14,0
Ilha do Man	13,5
Japão	12,8

Fonte: do autor, com base em dados de PIB e extensão territorial fornecidos pelo World Bank, disponível em <https://data.worldbank.org>.

ANEXO A

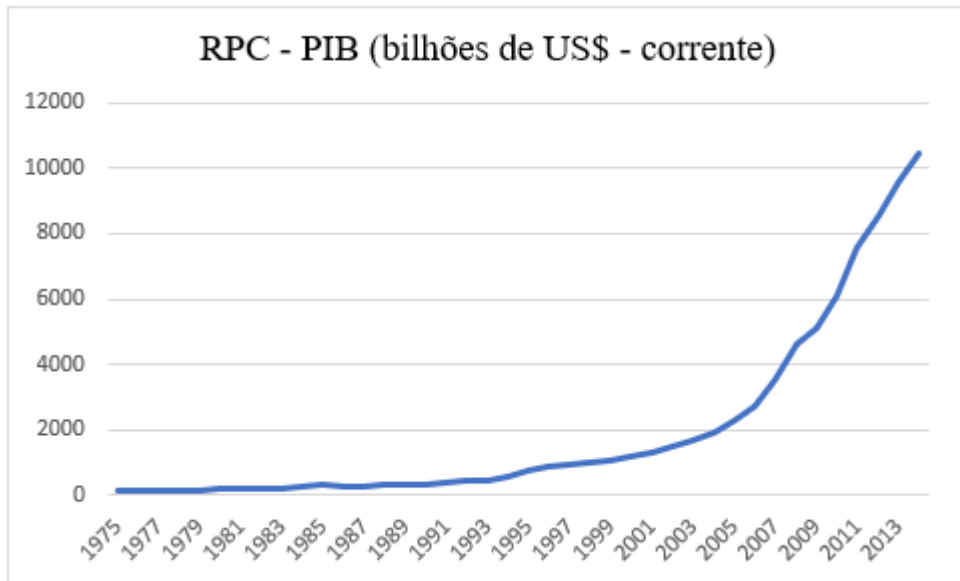


GRÁFICO 5 – PIB da RPC entre 1975 e 2014.

Fonte: WORLD BANK (Washington) (ed.). *Dados da RPC*. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ANEXO B

Shanghai Cooperation Organization

The Shanghai Cooperation Organization (SCO) is a regional intergovernmental security alliance involving Russia, China and four Central Asian states

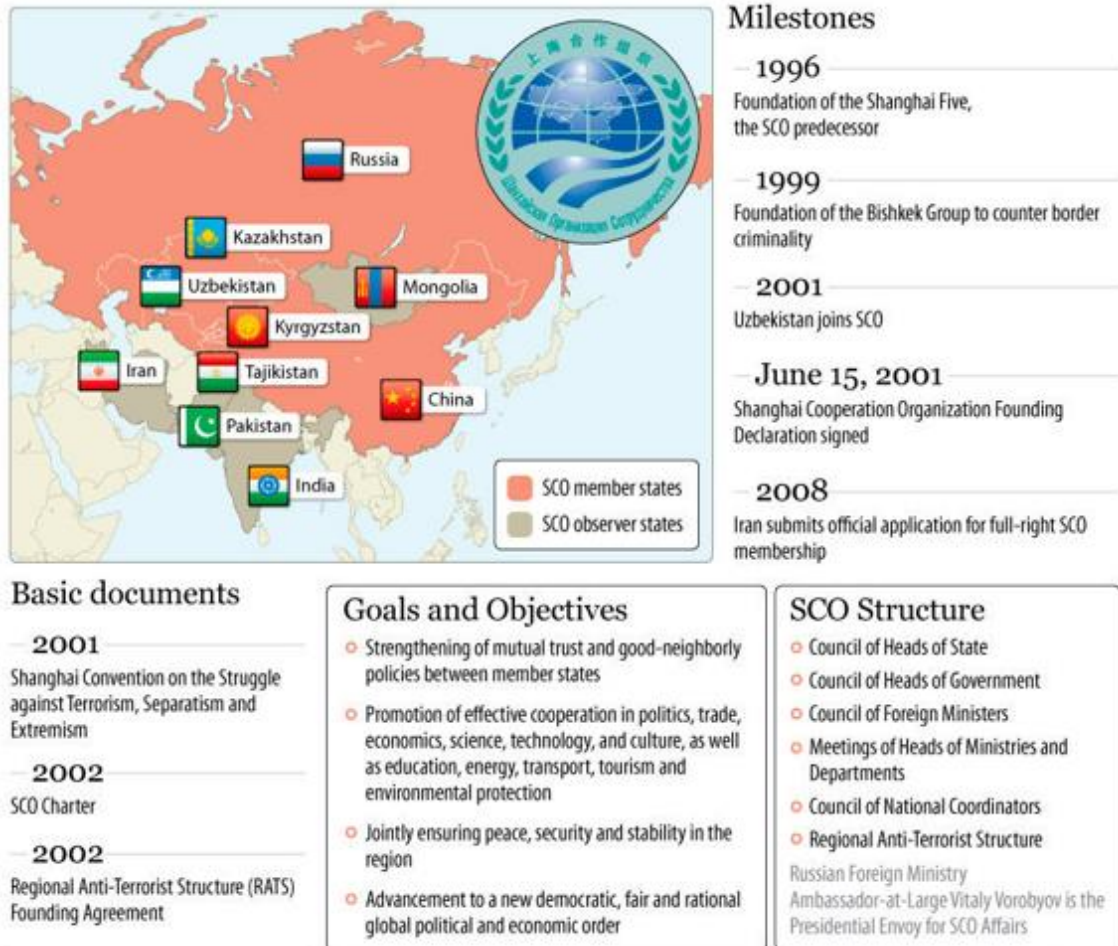


FIGURA 1 – *Shanghai Cooperation Organization*

Fonte: TOKTOMUSHEV, Kemel. *Shanghai Cooperation Organization: perspectives from central asia*. Perspectives from Central Asia. 2015. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/finance-economy/shanghai-cooperation-organization-perspectives-from-central-asia>. Acesso em: 11 ago. 2021

ANEXO C



FIGURA 2 – *China's One Belt, One Road Initiative*

Fonte: NOI, Goh. *China makes tracks on modern Silk Road*. 2017. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/china-makes-tracks-on-modern-silk-road>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ANEXO D

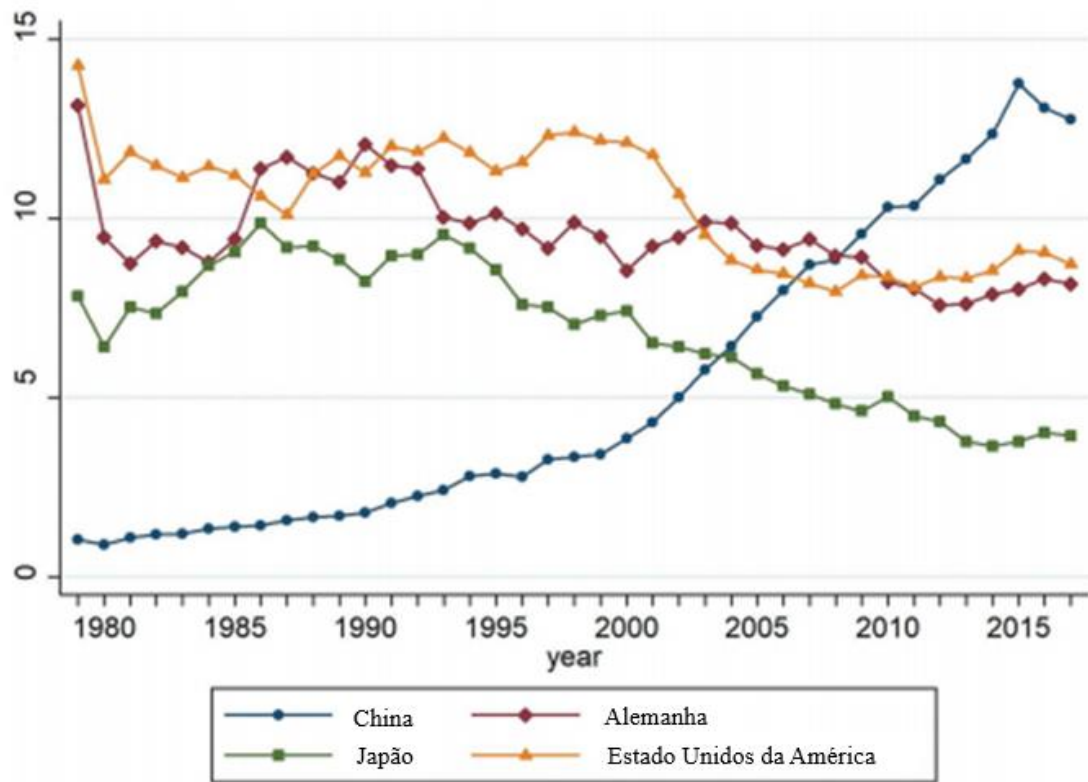


GRÁFICO 6 – A evolução da participação da RPC no comércio global (%)
 Fonte: LI; JIANG, 2018, p. 582.

ANEXO E



FIGURA 3 – *The Trans-Pacific Partnership*

Fonte: HOVET, Kristen. *US And Eleven Other Nations Reach Trans-Pacific Partnership Agreement*. 2015. Disponível em: <https://immortal.org/18183/us-eleven-nations-reach-trans-pacific-partnership-agreement/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ANEXO F



FIGURA 4 – Projeção de poder da RPC A2AD.

Fonte: JOSHI, Sameer. *DEMYSTIFYING THE ANTI-ACCESS/AREA DENIAL (A2/AD) THREAT*. 2019. Disponível em: <https://sameerjoshi73.medium.com/demystifying-the-anti-access-area-denial-a2-ad-threat-d0ed26ae8b9e>. Acesso em: 11 ago. 2021.